



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES

Departamento de Licitações e Contratos

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/2023**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 005/2023**

**CONVITE N° 001/2023**

**I – O MUNICÍPIO DE PEDRO GOMES, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.352.986/0001-57, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pelo Decreto nº 001 de 06 de janeiro de 2023, torna público para conhecimento dos interessados que estará reunida para receber as Documentações e as Propostas da **CARTA CONVITE**, do tipo **MENOR PREÇO (GLOBAL)**, na forma de **execução indireta**, sob o regime de **empreitada por preço unitário** para contratação do objeto descrito neste Edital e seus anexos. A presente licitação reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014; com alterações posteriores de ambas legislações e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

O Recebimento e Abertura dos Envelopes ocorrerão em sessão pública, e se dará **às 09:00 horas do dia de 08 fevereiro de 2023**, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes, sito a Rua Minas Gerais, nº392, Município de Pedro Gomes – MS.

## **1. DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MEDICINA DO TRABALHO; LANÇAMENTOS DE INFORMAÇÕES RELATIVO AO E-SOCIAL E GERAÇÃO DOS ARQUIVOS XML PARA TRANSMISSÃO A RECEITA FEDERAL, SISTEMA S-2210, S-2220, E S-2240, E ACOMPANHAMENTO DA DCTF WEB, EFD-REINF, R-210 E R2055, E ASSESSORIA E EXECUÇÃO DOS EXAMES MÉDICOS PERIODICOS COM A INCLUSÃO DOS EXAMES COMPLEMENTARES COM MÉDICO PRÓPRIO E INCLUSÃO NO E-SOCIAL. GESTÃO CONTINUADA DOS SISTEMAS DE GESTÃO NA ÁREA DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO, COM A COMUNICAÇÃO DO E-SOCIAL E ACOMPANHAMENTO DOS LANÇAMENTOS NA PLATAFORMA E EVENTOS QUE POSSIBILITEM PRÁTICAS GOVERNAMENTAIS QUE ASSEGUREM MAIS EFICIÊNCIA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS; A EMPRESA DEVERÁ POSSUIR EM SEU QUADRO DE FUNCIONÁRIOS, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, MÉDICO DO TRABALHO (RQE), ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, CONTADOR E OUTROS;

1.1. as especificações detalhadas a serem cumpridas pela empresa vencedora do certame constam do Edital e seus anexos, os quais são partes integrantes e complementar deste instrumento, termo de referência, ETP.

1.2. Nos preços deverão estar contidos todos os custos com tributos incidentes, ou que venham a

incidir sobre o objeto licitado, competindo inclusive à proponente todas as despesas decorrentes de suas atividades, de seus profissionais e de sua estrutura (seja física, organizacional, comportamental ou tecnológica), assim como, despesas junto à órgãos de serviços públicos, entidades e/ou outras empresas de terceiros, em parceria ou não, ou ainda, qualquer outra despesa que se faça necessária para sua fiel execução e cumprimento das obrigações.

**1.1.1.** Depois de formalizada apresentação de propostas, não será admitida em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento do objeto licitado e de dificuldades técnicas não previstas anteriormente, ora ainda, por motivos infundados, errôneos, ou mesmo, desprovidos de cabimento, sujeitando-se às penalidades cabíveis, na forma da Lei. *(art. 43, § 6º, da Lei nº 8.666/1993)*

## **2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

### **2.1. Poderão participar da presente licitação:**

**2.1.1.** Empresas legalmente constituídas, interessadas, enquadradas no ramo de atividade econômica (CNAE) pertinente e compatível, comprovadamente correlacionado ao objeto desta licitação e que satisfaçam as condições exigidas no presente Edital e seus anexos.

**2.1.2.** Empresas que atendam às exigências constantes no Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação requerida para sua habilitação.

**2.1.3.** Empresas cujo objeto social em vigor, especifique atividade pertinente e compatível com objeto da licitação.

**2.1.4.** Empresas que estiverem constituídas no país, devidamente em consonância com as leis brasileiras.

**2.1.5.** Empresas que apresentarem os documentos aqui exigidos e não estiverem sob falência, concurso de credores, em dissolução ou liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial, estado de cisão ou fusão ou de incorporação, ou ainda, sob declaração de inidoneidade por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta que lhes tenham sido aplicadas por força da Lei nº 8.666/1993, em qualquer esfera administrativa do Poder Público.

### **2.2. Será vedada a participação de licitantes, nas seguintes condições e/ou situações:**

**2.2.1.** Pessoa física (PF), dotada de individualidade, sem personalidade jurídica, conforme definições do Código Civil – Lei Federal nº 10.406/2002.

**2.2.2.** Empresa que explore ramo de atividade não-compatível com o objeto do Edital e seus anexos.

**2.2.3.** Empresa que, a qualquer tempo, possua restrições quanto à personalidade e capacidade jurídica, capacidade técnica (operacional ou profissional), idoneidade financeira e regularidade fiscal ou trabalhista.

**2.2.4.** Empresa que se encontre sob falência, concurso de credores, em dissolução ou liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial, estado de cisão ou fusão ou incorporação, ou ainda, que tenha falência decretada.

**2.2.4.1.** No caso de recuperação judicial, não será vedada, desde que apresente certidão emitida pela instância judicial competente, certificando sua aptidão econômica e financeira para participar do presente procedimento licitatório. *(Acórdão TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara)*

**2.2.5.** Empresa que praticou atos de corrupção, ou que, esteja sofrendo qualquer procedimento administrativo ou judicial pela prática de atos intrínsecos a estes, quer sob a égide da Lei nº 12.846/2013, do Código Penal e/ou correlatas, não se limitando a apenas estas, assim definidas em conjunto como “Leis Anticorrupção”.

**2.2.6.** Empresa que possua entre seus sócios, dirigentes, administradores e/ou representantes legais, pertencentes ao quadro de servidores da Administração Municipal. *(art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993)*

**2.2.7.** Empresa que possua entre seus sócios, dirigentes, administradores e/ou representantes legais, pessoa que seja responsável, esteja incurso, ou integre comissões da presente licitação, salvo como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração Municipal. *(art. 9º, § 3º e 4º, da Lei nº 8.666/1993)*

**2.2.8.** Empresa que possua em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigosos ou insalubres, ou ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos de idade.

**2.2.9.** Empresa integrante de um mesmo grupo econômico, assim entendida aquelas que tenham sócios, proprietários, dirigentes e/ou representantes legais em comuns, ou ainda, aquelas que se utilizem de recursos materiais, tecnológicos e/ou humanos de forma compartilhada, exceto se, não se evidenciar interesses econômicos em similaridade, ou além disso, conotação de conluio.

**2.2.10.** Empresa que esteja impedida de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade pública federal, estadual ou municipal, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, ou que, esteja suspensa e impedida de contratar com o Município de Pedro Gomes-MS, na data da realização da presente licitação.

**2.2.11.** Empresa em consórcio, ou que, possua sociedade cooperativa ou figure cooperativa de mão-de-obra incurso nos termos do art. 5º, da Lei 12.690/2012.

**2.2.12.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição. (Acórdão TCU nº 0746-09/2014 – Plenário).

**2.2.13.** Empresa estrangeira que não labore no país, ou que, não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente.

**2.2.14.** Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º, da Lei nº 8.666/1993, autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, quando for o caso.

**2.3. Apenas enviando os envelopes para participação, ou seja, interessado ausente:**

**2.3.1.** As empresas interessadas em participar enviando apenas os envelopes, deverão encaminhá-los com antecedência razoável, devidamente identificado, aos cuidados do DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, à sede da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes-MS, situada na Rua Minas Gerais, 392 – Centro, neste Município, e com no mínimo as seguintes informações:

**A/C DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES-MS

CARTA CONVITE Nº 001/2023

DATA DE ABERTURA 08/02/2023 – 09h00min

DADOS COMPLETOS DO PROPONENTE (CNPJ, RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, TELEFONE, E-MAIL)

**2.3.2.** É de inteira responsabilidade da licitante os envelopes que forem remetidos via postal, ou qualquer outro meio de envio utilizado que não esteja previsto no Edital.

**2.3.3.** Os envelopes dos interessados ausentes deverão estar acompanhados de documentos que identifiquem o responsável legalmente constituído, através de procuração e/ou ato constitutivo da empresa com respectiva cópia, provando ter poderes para os atos inerentes ao certame.

**2.3.4.** O envio antecipado dos envelopes, sem a presença do interessado, impedirá a licitante de se manifestar nas fases do procedimento licitatório, decaindo do direito de fazer qualquer reclamação e/ou alegação sobre os atos praticados, ressalvando-se o direito recursal.

**2.4.** A licitante responsabilizar-se-á pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo todos os ônus pela preparação da proposta assim como da habilitação, não cabendo quaisquer tipos de ressarcimentos, independentemente do resultado do certame.

**2.5.** Todos os custos decorrentes da elaboração e da apresentação de propostas, são unicamente e exclusivamente de responsabilidade das licitantes, não os competindo em nenhum caso, à Administração Pública.

## **2.6. Realização de visita técnica: (facultativa e não obrigatória)**

**2.6.1.** Os interessados deverão comparecer à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, situada à Rua Minas Gerais, 392, Centro, neste Município, no horário compreendido entre das 07h00min às 13h00min, para a realização da visita técnica, a fim de constatar as condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto licitado, sobretudo, das dificuldades de ordem técnica à sua execução.

**2.6.2.** O agendamento da visita técnica deverá ser realizado previamente, com no mínimo 24h de antecedência através do telefone (67) 3230-1587, ou ainda, pelo e-mail: [ronisonora@hotmail.com](mailto:ronisonora@hotmail.com), e a visita deverá ser realizada até o último dia útil anterior à data designada para a sessão pública de abertura da presente licitação.

**2.6.3.** Para cumprimento da visita técnica, o representante da empresa interessada, deverá apresentar-se munido de documento oficial de identificação pessoal, bem como, de declaração indicando-o ou autorizando-o a representá-la perante a visita.

**2.6.4.** A empresa interessada têm o direito à visita técnica de forma prévia, porém, deverá decidir se, arcará com o ônus de tal operação, ou, assumirá o risco de uma avaliação menos acurada para elaboração de sua proposta, ficando entendido que correrão por sua conta e risco quaisquer despesas necessárias à realização da presente visita.

**2.6.5.** A empresa que optar pela não-realização da visita técnica deverá apresentar junto ao ENVELOPE N° 01 (documentos de habilitação), na sessão pública de abertura da presente licitação, declaração expressa da abstenção de realizá-la, firmando ainda aceitação do objeto, na conformidade do Edital e seus anexos.

**2.6.6.** A empresa que decidir pela não-realização da visita técnica, e, eventualmente subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo futuramente opô-lo contra a Administração Pública, para eximir-se de qualquer obrigação que seja assumida, caso venha a ser vencedora no presente certame, ou mesmo, para qualquer pretensão em rever os termos do instrumento contratual que advir, ressalvado aqueles de direito, na forma da Lei.

- I. a empresa que optar pelo disposto no subitem acima, aceitará tacitamente todas as condições e adversidades que possam existir para o cumprimento do objeto licitado, sem nenhum ônus à Administração Pública;
- II. o não comparecimento para a referida visita, indicará que a interessada tem total conhecimento de todas condições necessárias para o fiel cumprimento das obrigações a serem adquiridas.

**2.6.7.** A realização da visita técnica não se consubstancia em condição única e suficiente para a participação na licitação, ficando as empresas interessadas cientes de que, deverão cumprir integralmente todas as exigências editalícias, e que, após apresentação de propostas, não serão

admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com suas obrigações, face ao desconhecimento do objeto e de dificuldades técnicas não previstas anteriormente, caso venha a ser vencedora no presente certame.

### **3. DAS CONDIÇÕES DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

**3.1.** As licitantes que comprovarem o enquadramento como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, terão tratamento diferenciado, favorecido e simplificado das demais, consoante disposições constantes nos art. 42 a 45 do mesmo diploma legal.

**3.1.1.** As licitantes deverão comprovar o enquadramento como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), conforme cada caso, através dos seguintes documentos:

- a) Certidão Simplificada**, expedida pela Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante; e/ou
- b) Declaração de Enquadramento (ME) ou (EPP)**, emitida pelo Contador ou Técnico Contábil, com firma reconhecida em cartório (ANEXO II), ou equivalente; e/ou
- c) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI**, expedido gratuitamente pelo Portal do Empreendedor – MEI (<http://www.portaldoempreendedor.gov.br>).

**3.1.2.** A simples consulta de optante pelo “Simples Nacional”, não substitui em hipótese alguma, as comprovações expostas no subitem 3.1.1.

**3.1.3.** Ambas comprovações deverão constar emitidas a no máximo **60 (sessenta) dias**, imediatamente anteriores à data prevista para o recebimento dos envelopes de participação e realização da sessão pública de abertura da presente licitação, devendo ser apresentada impreterivelmente no ato do credenciamento, conforme cada caso.

**3.2.** A Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), mesmo que apresente alguma restrição, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista. (*art. 43, da Lei Complementar nº 123/2006*)

**3.2.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública e a pedido da interessada, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento dos débitos e para emissão de novas eventuais certidões negativas, ou, certidões positivas com efeitos de negativa. (*art. 43, § 1º, do mesmo diploma legal*)

**3.2.2.** A não-regularização da documentação, no interstício do prazo previsto do subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração Pública, convocar as licitantes remanescentes, de forma subsequente, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, ou mesmo, revogar a licitação. *(art. 43, § 2º, do mesmo diploma legal)*

**3.3.** Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para a Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), conforme disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, considerado por definição como **“empate ficto”**.

**3.3.1.** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI) sejam iguais ou até **10% (dez por cento)** superiores à proposta mais bem classificada. *(art. 44, § 1º, do mesmo diploma legal)*

**3.3.2.** O critério de desempate previsto, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI). *(art. 45, § 2º, do mesmo diploma legal)*

**3.4.** Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, ocorrendo o empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

**3.4.1.** A Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado. *(art. 45, inciso I, do mesmo diploma legal)*

**3.4.2.** A Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), melhor classificada, será convocada pela Comissão Permanente de Licitação – CPL para apresentar nova proposta no prazo máximo de **02 (dois) dias** após a classificação das propostas dos licitantes, sob pena de preclusão. *(art. 5º, § 7º, do Decreto nº 8.538/2015)*

**3.4.3.** Não ocorrendo à contratação da Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), serão convocadas as empresas remanescentes, de forma subsequente, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, hipótese em que a contratação deverá ocorrer pelo menor preço. *(art. 45, inciso II, do mesmo diploma legal)*

**3.4.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pela Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI) que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 3.3.1 do Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta. *(art. 45, inciso III, do mesmo diploma legal)*

**3.4.5.** A Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI) deverá entregar a nova proposta, nos mesmos moldes em que se deu anteriormente, acondicionada em envelope devidamente identificado e lacrado, endereçado a Comissão Permanente de Licitação – CPL, na conformidade do Edital, devendo ser respeitado o disposto do subitem 3.4.2, salvo comunicação expressa em contrário, ou ainda, estabelecido em notificação.

**3.4.6.** Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no *caput* do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. (*art. 45, § 1º, do mesmo diploma legal*)

## **4. DA IMPUGNAÇÃO, DOS ESCLARECIMENTOS E DOS PRAZOS**

### **4.1. RELATIVO A IMPUGNAÇÃO:**

**4.1.1.** Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração a licitante que não o fizer até o **2º (segundo) dia útil** que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso e dada por intempestiva. (*art. 41, § 2º, da Lei nº 8.666/1993*)

**4.1.2.** A impugnação feita tempestivamente não impedirá a proponente de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. (*art. 41, § 3º, da Lei nº 8.666/1993*)

**4.1.3.** Se procedente e acolhida a petição contra o ato convocatório, seus vícios serão sanados e, caso necessário, será designada nova data para a realização do certame, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas. (*art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/1993*)

**4.1.4.** O pedido de impugnação, caso haja, deverá ser impreterivelmente protocolizado no DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL, à sede da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes-MS, situada na Rua Minas Gerais, 392, Centro, neste Município, no horário compreendido entre das 07h00min às 13h00min, formalizado em vias originais, devidamente assinadas pelo seu titular ou representante legal, bem como, acompanhado da documentação que comprove poderes para tal feito.

**4.1.5.** Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente, na forma de cópias reprográficas (fotocópias), peticionadas por meio eletrônico (e-mail), dadas por intempestivas, ou que, por qualquer motivo diverso não seja possível aferir a sua origem, procedência e/ou competência.

### **4.2. RELATIVO A ESCLARECIMENTOS:**

**4.2.1.** Quaisquer informações, esclarecimentos, providências e/ou dúvidas estritamente de caráter legal ou ordem técnica, bem como, aquelas decorrentes de interpretação do Edital e



seus anexos, poderão ser solicitadas ao DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, devendo promovê-las impreterivelmente por escrito, podendo apresentá-las através do e-mail [ronisonora@hotmail.com](mailto:ronisonora@hotmail.com), com antecedência mínima de até **02 (dois) dias úteis** antes da data designada para realização do certame.

**4.3.** As impugnações e/ou os esclarecimentos que se fizerem necessários, mesmo que tempestivos, e corretamente apresentados em suas formas usuais, não têm efeito de recurso, portanto, não haverá efeito suspensivo ou, tampouco sua remessa à autoridade superior, cabendo ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL todos os poderes para averiguação de quaisquer contestações que se façam ao texto editalício, decidindo-se sobre cada caso, conforme pertinentes.

**4.4.** Decairá do direito de impugnar ou questionar os termos do Edital e seus anexos, aquele que, tendo-o aceito sem objeção venha a apontar, na data da sessão pública de abertura da presente licitação ou a posteriori, falhas ou irregularidades não registradas anteriormente, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso e dada por intempestiva.

**4.5.** Tomar-se-á por base, para efeito de contagem de prazos, a exclusão da data fixada no preâmbulo deste Edital, e a inclusão da data do vencimento para o recebimento das impugnações e/ou os esclarecimentos.

## **5. DOS ENVELOPES E FORMA DE APRESENTAÇÃO**

**5.1.** Os documentos para habilitação, assim como, a proposta de preços, deverão ser apresentados separadamente, em 02 (dois) invólucros distintos, todos fechados, lacrados e indevassáveis, os quais deverão ser obrigatoriamente identificados em sua parte externa, com as informações abaixo previstas e na seguinte forma:

### **ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES-MS

CARTA CONVITE Nº 001/2023

DATA DE ABERTURA 08/02/2023 – 09h00min

DADOS COMPLETOS DO PROPONENTE (CNPJ, RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, TELEFONE, E-MAIL)

### **ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES-MS

CARTA CONVITE Nº 001/2023

DATA DE ABERTURA 08/02/2023 – 09h00min

DADOS COMPLETOS DO PROPONENTE (CNPJ, RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, TELEFONE, E-MAIL)

**5.2.** A ausência ou incorreções dos dizeres citados acima, na parte externa dos envelopes, não constituirá motivo para desclassificação da licitante que poderá inserir as informações faltantes e/ou retificá-las no memento de sua apresentação.

**5.3.** Caso eventualmente ocorra à abertura do ENVELOPE N° 02 (proposta de preços) antes do ENVELOPE N° 01 (documentos de habilitação), será aquele lacrado novamente, sem análise de seu conteúdo e rubricado o lacre por todos os presentes, sem prejuízo dos demais atos legais.

**5.4.** Os documentos dos invólucros deverão ser colecionados separadamente, sem folhas soltas, redigidos em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, impressos por qualquer processo de cópia reprográfica (fotocópias), com suas páginas numeradas sequencialmente, bem como, rubricados e assinados, com identificação do representante legal da licitante, sob pena de desclassificação.

**5.5.** Os documentos dos invólucros deverão estar atualizados e dentro do prazo legal de vigência, ou seja, com datas válidas até a entrega dos envelopes para participação da presente licitação, sob pena de desclassificação.

**5.6.** Os documentos dos invólucros deverão ser apresentados em **01 (uma) única via**, devendo ser em original ou estar devidamente autenticado por Tabelião de Notas, Autenticação Digital (Lei Federal nº 8.935/1994), Selo de Desburocratização e Simplificação (Lei Federal nº 13.726/2018), ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial brasileira, conforme legislação vigente, sob pena de desclassificação, salvo à proposta de preços.

**5.7.** Em caráter excepcional, a cópia não-autenticada de documentos poderá ser certificada por servidor público do DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, mediante a comparação entre o original e a cópia, para conferência e atestação da autenticidade, cabendo à Administração Pública reservar-se o direito de negar provimento, caso julgue necessário, de forma a inibir praxe peculiar ou demasiada. (*art. 32, da Lei nº 8.666/1993*)

## **6. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO**

**6.1.** Para fins de credenciamento, a proponente deverá enviar representante munido de documentação que o credencie a responder em nome da representada, devendo ainda, no ato da entrega dos envelopes para participação da presente licitação, apresentar-se, exibindo documento oficial de identificação pessoal.

**6.2.** O credenciamento far-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos, ficando retidos e juntados aos autos do processo:

- a)** cópia do registro de identidade (RG), carteira nacional de habilitação (CNH) ou outro documento oficial de identificação pessoal, equivalente, com foto, do representante a se credenciar;
- b)** termo de credenciamento (ANEXO III), devendo comprovar responsabilidade, conforme o caso, por meio da apresentação de:

**I. tratando-se de representante legal:** ato constitutivo ou estatuto em vigor e última

alteração subsequente, devidamente registrado na Junta Comercial (sede da licitante), no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

II. **tratando-se de procurador:** além da documentação do “inciso I” acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga, deverá apresentar também “instrumento público” ou “particular” de procuração, neste último, com firma reconhecida em cartório, com competência expressa, de que lhe confere amplos poderes, para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, mesmo que por escrito ou verbalmente, em nome da outorgante;

III. **tratando-se de outorgado portando “instrumento público”**, o documento de procuração deverá apresentar data não superior a 12 (doze) meses, contados entre a data de sua emissão e à de sua apresentação; no caso do instrumento exceder ao interregno de 12 (doze) meses, faz-se necessária a apresentação obrigatória de “certidão atualizada” da referida procuração, visando a seguridade processual.

c) comprovação de enquadramento de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), observadas as condições fixadas no subitem 3.1.1 do Edital, conforme o caso.

**6.3.** A falta, incorreção ou invalidade do(s) documento(s) mencionado(s) na alíneas “b” e “c”, do subitem 6.2 do Edital, não implicará na exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de discordar ou de se manifestar contra as decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, assim como, nas demais fases do procedimento licitatório.

**6.4.** A falta, incorreção ou invalidade do(s) documento(s) mencionado(s) na alínea “d”, do subitem 6.2 do Edital, não implicará na exclusão da empresa em participar do certame, mas a impedirá que seja usufruído dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

**6.5.** A responsabilidade pela comprovação de enquadramento das empresas e equiparações, compete única e exclusivamente à licitante, concedidas por seus sócios ou proprietários e pelo Contador ou Técnico Contábil, os quais se sujeitam a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso, errôneo ou duvidoso.

**6.6.** A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº123/2006, caracteriza-se como crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas no Edital.

**6.7.** O descumprimento da Lei, sem prejuízo das sanções cabíveis, não tendo a Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), devidamente comprovado o seu enquadramento, significa renúncia expressa e consciente, desobrigando a Administração Pública de conceder os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, aplicáveis ao presente certame.

**6.8.** Verificadas as credenciais de todos os interessados presentes, será declarada iniciada a sessão pública de abertura da presente licitação, casual do primeiro envelope, de forma aleatória, não sendo aceito a partir desse momento, a admissão de novos interessados, retardatários, ou ainda, a inclusão de qualquer documento ou informação que deveria constar originalmente da documentação de cada fase do procedimento licitatório.

**6.9.** A sessão pública de abertura transcorrerá de forma ininterrupta até o encerramento dos trabalhos, salvo por motivos justos, quando a mesma poderá ser suspensa por prazo a ser definido pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, podendo ocorrer na própria sessão, ou ainda a posterior, para análises que se fizerem necessárias.

**6.10.** Será admitido apenas **01 (um) representante por empresa** interessada e credenciada, sendo que cada um deles só poderá representar apenas uma única empresa para participação do presente certame, não cabendo em hipótese alguma, representações múltiplas.

**6.11.** Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitantes que não satisfaçam integralmente as condições do Edital e seus anexos, ou mesmo, daquelas retardatárias, a não ser como ouvinte.

**6.12.** Só terão direito de usar a palavra, rubricar, ter acesso aos documentos dos envelopes de participação, apresentar reclamações e/ou recursos administrativos, representantes legais dos concorrentes habilitados para o ato e os membros da Comissão Permanente de Licitação – CPL.

**6.13.** O não-comparecimento de qualquer dos participantes ou representantes nas reuniões e/ou qualquer sessão pública deste certame, não impedirá que elas se realizem, não cabendo ao ausente direito de reclamação de qualquer natureza, ocasião em que será aberto o prazo recursal, na forma da Lei.

**6.14.** Os documentos exigidos para o credenciamento, deverão ser apresentados fora dos ENVELOPES N° 01 e 02, devendo serem entregues diretamente à Comissão Permanente de Licitação – CPL, no momento da sessão pública de abertura da presente licitação.

## **7. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE N° 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Para fins de habilitação, a proponente deverá apresentar os documentos em invólucro fechado, lacrado e indevassável, de acordo com o disposto neste Edital, contendo obrigatoriamente, sob pena de inabilitação, todos os requisitos de habilitação.

**7.2.** Entretanto, cumpre ressaltar que o certificado de registro cadastral é um documento facultativo. Noutras palavras, não se pode inabilitar o licitante pelo simples fato dele não apresentar o certificado de registro cadastral, pois a empresa poderá demonstrar, através dos documentos constantes do art. 27 a 31 da Lei de Licitações e Contratos, que está apta para participar do certame.

**7.3.** Do exposto, infere-se que apesar da permissividade de exigir dos licitantes o Certificado de Registro Cadastral, tal determinação não pode resultar na exclusão da empresa, pois a mesma poderá apresentar como alternativa os documentos de habilitação especificados pela Lei nº 8.666/93.

**7.4.**

**7.5. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) **tratando-se de empresa individual**, requerimento de empresário individual, devidamente registrado na Junta Comercial (sede da licitante); ou
- b) **tratando-se de sociedades comerciais**, ato constitutivo ou estatuto em vigor e última alteração subsequente, devidamente registrado na Junta Comercial (sede da licitante); ou
- c) **tratando-se de sociedades por ações (S/A)**, ato constitutivo ou estatuto em vigor e última alteração subsequente, devidamente registrado na Junta Comercial (sede da licitante), acompanhado de documentos de eleição dos atuais administradores em exercício; ou
- d) **tratando-se de sociedades civis**, ato constitutivo ou estatuto em vigor e última alteração subsequente, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas (PJ), acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou
- e) **tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira**, ato de registro ou decreto de autorização para funcionamento no País, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; ou
- f) **tratando-se de microempreendedor individual (MEI)**, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, expedido gratuitamente pelo Portal do Empreendedor – MEI (<http://www.portaldoempreendedor.gov.br>).

**7.6. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**7.6.1. Prova de inscrição no CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA (CNPJ/MF)**, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

**7.6.2. Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL (INSS)**, mediante Certidão Negativa de Débitos (CND), ou, Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPN), relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma da Lei. (*Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014*)

**7.6.3. Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL**, mediante Certidão Negativa de Débitos (CND), ou, Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPN), relativos aos Créditos Tributários de ICMS, expedida pelo órgão competente, relativa ao domicílio ou sede da licitante que ora se habilita, na forma da Lei.

**7.6.4. Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL**, mediante Certidão Negativa de Débitos (CND), ou, Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPN), expedida pelo órgão competente, relativa ao domicílio ou sede da licitante que ora se habilita, através de Certidão de Débitos Gerais (CDG) ou individualizada, de acordo com o expedidor.

**7.6.5. Prova de regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)**, mediante Certificado de Regularidade de Situação – CRF, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. *(Lei Federal nº 8.036/1990)*

**7.6.6. Prova de regularidade perante a JUSTIÇA DO TRABALHO**, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou, Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPN), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST (<http://www.tst.jus.br>), na forma da Lei. *(art. 29, da Lei 8.666/1993, alterada pelo art. 3º da Lei 12.440/2011)*

## **7.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**7.7.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, com evidência de registro da Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante, ou, publicação em Diário Oficial, devidamente assinadas pelo seu titular ou representante legal e pelo Contador ou Técnico Contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, conforme os seguintes casos:

- a) tratando-se de empresas constituídas há menos de 01 (um) ano**, deverão comprovar tal situação, mediante apresentação de tão somente do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante, ou ainda, Declaração do Contador ou Técnico Contábil (com firma reconhecida em cartório), assinada por profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.
- b) tratando-se de empresas constituídas há mais de 01 (um) ano**, deverão comprovar tal situação, mediante apresentação obrigatória: Termo de Abertura, Balanço, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e Termo de Encerramento, sob pena de desclassificação na ausência.
- c) tratando-se de empresas obrigadas e/ou optantes por Escrituração Contábil Digital – ECD**, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, com última regulamentação através da Instrução Normativa RFB nº 1.420/2013 e alterações posteriores,

poderão apresentar documentos extraídos do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED, ou ainda, através do site da Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante, na seguinte forma:

- I. Recibo de Entrega de Livro Digital;
- II. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital;
- III. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- IV. Requerimento de Autenticação de Livro Digital;
- V. Termo de Autenticação da Junta Comercial.

**d) tratando-se de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, deverão comprovar a boa situação financeira da empresa, mediante apresentação obrigatória da DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E FISCAIS (DEFIS), ou ainda, conforme o caso, na hipótese consubstanciada de acordo com a personalidade jurídica da empresa licitante, que opcionalmente adota de escrituração contábil simplificada, facultado à apresentação da DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) do último exercício social, devidamente acompanhada do “recibo de entrega”, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), na forma da Lei.

**e) tratando-se de Microempreendedor Individual (MEI)**, deverá comprovar a boa situação financeira da empresa, mediante apresentação obrigatória da DECLARAÇÃO ANUAL DE FATURAMENTO DO SIMPLES NACIONAL (DASN – SIMEI), ou ainda, conforme o caso, na hipótese consubstanciada de acordo com a personalidade jurídica da empresa licitante, que opcionalmente adota de escrituração contábil simplificada, facultado à apresentação da DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) do último exercício social, devidamente acompanhada do “recibo de entrega”, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), na forma da Lei.

**7.7.2. Demonstrativo dos seguintes índices econômico-financeiros**, extraídos do último Balanço Patrimonial originalmente registrado ou publicado em obediência a legislação vigente, Demonstrações Contábeis e/ou Contrato Social apresentados pela licitante, através dos índices contábeis, onde deverão obter os resultados adiante especificados de: (art. 31, § 5º da Lei nº 8.666/1993)

- **Índice de Liquidez Geral (ILG);**
- **Índice de Liquidez Corrente (ILC);**
- **Índice de Endividamento Total (IET).**

- a) Apresentação do cálculo do **ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG)**, utilizando os dados do balanço patrimonial ou equivalente. O cálculo deverá ser efetuado pela proponente segundo a fórmula abaixo, demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 ((um vírgula zero):

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \geq 1,00$$

Onde:

**ILG** = Índice de liquidez geral  
**AC** = Ativo circulante  
**PC** = Passivo circulante  
**RLP** = Realizável à longo prazo  
**ELP** = Exigível à longo prazo

- b) Apresentação do cálculo do **ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC)**, utilizando os dados do balanço patrimonial ou equivalente. O cálculo deverá ser efetuado pela proponente segundo a fórmula abaixo, demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 ((um vírgula zero):

$$ILC = \frac{AC}{PC} \geq 1,00$$

Onde:

**ILC** = Índice de liquidez corrente  
**AC** = Ativo circulante  
**PC** = Passivo circulante

- c) Apresentação do cálculo do **ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO TOTAL (IET)**, utilizando os dados do balanço patrimonial ou equivalente. O cálculo deverá ser efetuado pela proponente segundo a fórmula abaixo, demonstrando possuir índice menor ou igual a 0,40 (zero vírgula quarenta):

$$IET = \frac{PC + ELP}{AT} \leq 0,40$$

Onde:

**IET** = Índice de endividamento total  
**ELP** = Exigível à longo prazo  
**AT** = Ativo total

- d) Os índices deverão ser calculados com 02 (duas) casas decimais, arredondando-se o valor



para o décimo superior mais próximo, quando a terceira casa decimal, esteja compreendida entre 5 e 9, e para o décimo inferior mais próximo, quando esta for inferior a 5.

- e) Para efeito de avaliação de boa situação financeira da licitante, os cálculos dos índices econômico-financeiros, **deverão irrevogavelmente serem apresentados** conforme demonstrações das fórmulas proporcionadas neste Edital, assinados pelo responsável legal da empresa e por profissional contábil habilitado para tal, com a indicação do seu nome e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como, declarando que se responsabilizam civil e criminalmente pelas informações prestadas.

**7.7.2.1. JUSTIFICATIVA DOS ÍNDICES: (art. 31, §5º, da Lei nº 8.666/1993)**

- **ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG):** Medir a capacidade que a empresa tem para pagar suas dívidas a curto e a longo prazo, fazendo uso dos recursos disponíveis no ativo circulante e no realizável a longo prazo (capital circulante). É desejável que este índice seja igual ou superior a 1,00 i.e, indicando que, para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida a curto prazo e a longo prazo exista no mínimo R\$ 1,00 (um real) no ativo circulante mais realizações a longo prazo.
- **ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC):** Nos casos de solicitação de financiamentos e também nos procedimentos licitatórios. É desejável que este índice seja superior a 1,00, i.e, indicando que para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida a curto prazo, exista no mínimo R\$ 1,00 (um real) no ativo circulante.
- **ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO TOTAL (IET):** Conforme a própria denominação, o índice indica a finalidade de conhecer o grau de endividamento geral da licitante, em relação ao total do patrimônio líquido. Presume-se que, empresa excessivamente endividada, terá dificuldades na obtenção de novos recursos, sendo, portanto, desejável que seu índice não ultrapasse 40% de endividamento, em relação ao patrimônio.
- **ESCLARECIMENTOS:** No cômputo geral, os índices de liquidez retratam a situação financeira da empresa licitante, por ocasião do balanço patrimonial e respectivas demonstrações de resultado do último exercício social, i.e, se é boa ou mesmo satisfatória, se está crescendo, qual a tendência da liquidez corrente para o próximo exercício, tomando-se como base apenas as variações dos últimos balanços, etc.

**7.7.3. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, ou liquidação judicial**, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data designada para a sessão pública de abertura e recebimento dos envelopes.

**7.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:**

- I. os atestados e/ou certidões deverão possuir informações suficientes para qualificar ou quantificar o objeto em apreço, bem como, possibilitar aferir sua veracidade junto ao(s) seu(s) emitente(s);
- II. qualquer informação constante na documentação de qualificação técnica, mediante simples conferência ou diligência, se apurada como falsa ou inverídica, caberá à Comissão Permanente de Licitação – CPL decidir sobre sua aceitação, e a inabilitação da licitante que o fez;
- III. no caso de atestados e/ou certidões emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles, emitidos por sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico à empresa licitante, assim entendida aquelas que se enquadrarem no disposto do subitem 2.2.9 do Edital;
- IV. serão consideradas sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico à empresa licitante, indistintamente se controladas ou controladoras, aquelas que tenham em seu quadro societário, pessoa física ou jurídica em comum;

**7.8.1.** Comprovação de registro ou inscrição de regularidade, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), nos termos da legislação aplicável à que estiver vinculada, **de titularidade da empresa licitante**, legalmente habilitada para o exercício de suas atividades. *(art. 30, inciso I, da Lei nº 8.666/1993)*

**7.8.2. Alvará de localização e funcionamento da empresa**, emitido pelo órgão competente do município, relativo ao domicílio ou sede da licitante que ora se habilita, dentro do prazo de validade e vigência, o qual não poderá ser substituído em nenhuma hipótese por “protocolo” de revalidação. *(art. 30, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993)*

## **7.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:**

**7.9.1.** Apresentar a cópia do registro profissional no CRM do (s) médico (s) envolvido (s) na prestação dos serviços objeto desta contratação, bem como certificação de habilitação como médico do trabalho daqueles responsáveis pela avaliação clínica.

**7.9.2.** Apresentar na assinatura do Contrato: a comprovação do vínculo deverá ocorrer da seguinte forma: No caso de empregado, cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), em que conste a licitante como contratante; No caso de profissional autônomo ou a ele equiparado, cópia do Contrato e Prestação de Serviços que mantém com a licitante ou documento equivalente; Se o profissional for sócio da empresa, a documentação apresentada na **habilitação jurídica** do edital, é a comprovação do vínculo.

## **7.10. OUTRAS COMPROVAÇÕES:**

**7.10.1.** Declaração expressa da licitante, devidamente assinada pelo responsável, sob as penas

do art. 299 do Código Penal, relativa à proibição do trabalho do menor, de que, não possui em seu quadro permanente de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e, de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal de 1988 (ANEXO V). (*Lei Federal nº 9.854/1999*)

**7.10.2.** Declaração expressa da licitante, devidamente assinada pelo responsável, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de idoneidade e da inexistência de fato superveniente impeditivo para sua habilitação, ou seja, de que não está impedida de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, comprometendo-se a declarar, a qualquer tempo, a ocorrência de fatos posteriores, inerentes da habilitação (ANEXO VI).

**7.10.3.** Declaração expressa da licitante, devidamente assinada pelo responsável, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que, no quadro societário da empresa não há sócios ou proprietários, que façam parte de empresas declaradas inidôneas e impedidas de licitar e/ou contratar com a Administração Pública (ANEXO VII).

**7.10.4.** Declaração expressa da licitante, devidamente assinada pelo responsável, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que, conhece e aceita o teor completo do Edital e seus anexos, ressaltando-se o direito recursal, bem como, de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações advindas da presente licitação (ANEXO VIII).

**7.10.5. Atestado de visita técnica**, emitido pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em nome da licitante, de que ela, visitou o(s) local(is) onde será(ão) executado(s) os trabalhos, objeto desta licitação, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir, direta ou indiretamente, no cumprimento dos mesmos e, das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto licitado, sobretudo, das dificuldades de ordem técnica à sua execução, assim como, demais informações necessárias para o fiel cumprimento das obrigações advindas (ANEXO XIII).

- I. caso decline da visita técnica, a licitante deverá apresentar **declaração de conhecimento dos serviços (desistência de visita técnica)**, devidamente assinada pelo responsável, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que, caso venha a ser vencedora no presente certame, esclarecendo que, têm pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto licitado, na qual se compromete a acatar todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais de natureza técnica e/ou financeira (ANEXO XIV);
- II. a inexistência de “atestado de visita técnica” ou de “declaração de conhecimento dos serviços (desistência de visita técnica)”, será causa bastante para a inabilitação da licitante.

## **7.11. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:**

**7.11.1.** Todos os documentos relativos à habilitação, deverão ser correspondentes à razão social e ao número do CNPJ/MF da empresa licitante que ora se habilita, sob pena de inabilitação, salientando que:

- a)** se for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b)** se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e válidos para todas as suas filiais, e que satisfaça condições exigidas por lei, como é o caso dos documentos dispostos nos subitens 7.4.3, 7.4.7, 7.5.3 e 7.6.1 do Edital.

**7.11.2.** As Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação. *(art. 43, da Lei Complementar nº 123/2006)*

**7.11.3.** Os documentos expedidos através de páginas da *internet* poderão ser apresentados em original ou cópia reprográfica não-autenticada (fotocópia), entretanto, estarão sujeitos a verificação de sua autenticidade, por meio de consultas ao sítio eletrônico de seu expedidor, através de diligências e validações devidamente realizadas pela Comissão Permanente de Licitação – CPL.

**7.11.4.** Os documentos que não apresentem disposição expressa, do órgão expedidor, quanto a sua validade, terão prazo de vencimento de **60 (sessenta) dias**, contados à data de sua emissão, exceto documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade técnica e/ou responsabilidade técnica.

**7.11.5.** Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração Pública poderá fixar às licitantes credenciadas o prazo de **03 (três) dias úteis** para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que geraram a inabilitação ou desclassificação. *(art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/1993)*

**7.11.6.** Para aferir o exato cumprimento das condições de habilitação, caso necessário, a Comissão Permanente de Licitação – CPL poderá diligenciar-se junto ao Registro Cadastral de Fornecedores (RCF) da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes-MS, assim como, a qualquer tempo, exigir que a licitante apresente o original dos documentos estabelecidos neste Edital, não podendo escusar-se de exibi-lo, constituindo-se em motivo bastante para a sua inabilitação, ou mesmo, desclassificação da proposta de preços que houver apresentado, visando a autotutela administrativa em qualquer dos seus atos.

**7.11.7.** Em hipótese alguma, serão aceitos “protocolos” ou “comprovantes”, referente a solicitações feitas junto à órgãos de serviços públicos e/ou suas repartições (expedidor), em substituição aos documentos estabelecidos neste Edital, tão pouco, cópias ilegíveis ou rasuradas, mesmo que devidamente autenticadas, neste último, caberá à Comissão Permanente de Licitação – CPL decidir sobre sua aceitação.

**7.11.8.** Todos os documentos apresentados para participação da presente licitação, serão retidos pela Comissão Permanente de Licitação – CPL e obrigatoriamente juntados aos autos do processo, facultado aos licitantes credenciados, fiscalizar a autenticidade formal e material, daqueles entregues uns pelos outros na ocasião da sessão pública de abertura e, impugná-los, querendo.

**7.11.9.** Serão sumariamente inabilitadas, as licitantes que não apresentarem os documentos estabelecidos neste Edital, ou mesmo, apresentá-los com vícios e/ou desconformidades que impossibilitem seu entendimento, sua veracidade, ou que não atendam satisfatoriamente as exigências do ato convocatório.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A documentação referente a qualificação técnica (operacional e/ou profissional), poderá ser analisada por servidor designado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, convidado pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, a ser realizada no ato da sessão pública de abertura da presente licitação ou a posteriori, constando em ata devidamente assinada, o parecer favorável ou não-favorável, quanto a referida qualificação da licitante, ou ainda, emitindo a parte o referido parecer, para que possa ser juntado aos autos do processo, e a comissão, norteadas pelo parecer, possa dar prosseguimento ao certame no momento oportuno.

## **8. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**

**8.1.** A proposta de preços deverá ser obrigatoriamente apresentada na forma impressa, em invólucro fechado, lacrado e indevassável, de acordo com o disposto neste Edital, elaborada em papel timbrado da empresa, ou em formulário próprio, contendo no mínimo, sob pena de desclassificação, todos os requisitos abaixo, consistentes em:

- a)** razão social, endereço, dados para contato e assinatura do responsável legal;
- b)** dados bancários: conta, agência, código e nome da instituição (preferencial);
- c)** carimbo do CNPJ/MF (preferencial);
- d)** número do processo licitatório e do Convite;
- e)** descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com o modelo de PROPOSTA DE PREÇOS (ANEXO I) do Edital, sem conter alternativas ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais que um resultado;

- f) preço unitário e total, expressos em moeda corrente nacional brasileira (R\$), verificado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- g) validade da proposta de no mínimo **60 (sessenta) dias**, contados da data da sessão pública de abertura da presente licitação; na hipótese da sua omissão, será considerado o prazo indicado neste Edital;
- h) condições de pagamento; na hipótese da sua omissão, será considerado o prazo indicado neste Edital;
- i) **INDICAÇÃO DE PREPOSTO (preferencial)**: recomendação expressa da licitante, utilizando-se de dados suficientes para compor as informações contratuais, caso venha a ser vencedora no presente certame (*art. 68, da Lei nº 8.666/1993*). A não indicação do preposto, não ensejará na desclassificação da licitante, podendo fazê-lo motivadamente na lavratura da ata da sessão pública de abertura da presente licitação, à Comissão Permanente de Licitação – CPL, ou ainda, informá-lo de ofício, até à formalização do contrato.
- j) **DECLARAÇÃO DOS SERVIÇOS (sob pena de desclassificação)**: declaração expressa da licitante, devidamente assinada pelo responsável, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que, o cumprimento do objeto licitado, circunstanciado pelo Termo de Recebimento Provisório – TRP ou Termo de Recebimento Definitivo – TRD, não exclui a responsabilidade civil da licitante, pela solidez e segurança dos serviços realizados, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo contrato (*art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/1993*). Assim como, responderá, durante o prazo irreduzível de no mínimo **05 (cinco) anos**, assim em razão dos serviços, obrigando-se a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, salvo por uso indevido, e/ou caso fortuito, para fins de garantia dos serviços civil (ANEXO II). (*art. 618, do Código Civil – Lei Federal nº 10.406/2002*)

**8.2.** Nos valores ofertados (R\$), taxas e/ou percentuais (%), sempre que apurados, deverão estar incluídos todos os custos necessários para o fiel cumprimento do objeto, bem como, todas as despesas ordinárias, diretas e indiretas, decorrentes da execução, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, resultantes da execução dos serviços. (*art. 71, da Lei nº 8.666/1993*)

**8.3.** Não será aceito em hipótese alguma, proposta de preços que se caracterize em parcelas do objeto licitado, ou em quantidades inferiores, salvo quando previsto no Edital, ou ainda, apresentadas com rasuras, emendas, borrões, entrelinhas e/ou manuscritas.

**8.4.** Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios e/ou

de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. (art. 44, § 3º, da Lei nº 8.666/1993)

**8.5.** Serão sumariamente desclassificadas, as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório, no todo ou em parte, assim como, àquelas com valor global superior ao limite estabelecido neste Edital ou manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem preços vis ou excessivos. (art. 48, inciso II, da Lei nº 8.666/1993)

**8.5.1.** Considerando que a empresa a ser contratada tem qualificação técnica e comprovada capacidade, para a execução dos serviços, objeto da presente licitação, de modo algum será aceita qualquer alegação, durante a execução do contrato, quanto a possíveis indefinições, omissões, falhas e/ou incorreções.

## **9. DOS PROCEDIMENTOS E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

**9.1.** No horário e local indicado no preâmbulo deste Edital, será aberta a sessão pública de processamento e julgamento da presente licitação, sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação – CPL, fazendo uso dos critérios abaixo e, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, consistentes em:

- **abertura da licitação (credenciamento);**
- **habilitação ou inabilitação da licitante;**
- **classificação da proposta de preços;**
- **adjudicação; e**
- **homologação.**

**9.2.** Após os respectivos credenciamentos, as proponentes deverão entregar, simultaneamente, à Comissão Permanente de Licitação – CPL, os envelopes pertinentes, em **02 (dois) invólucros distintos**, todos fechados, lacrados e indevassáveis, de acordo com o disposto neste Edital.

**a) ENVELOPE N° 01 (documentos de habilitação);**

**b) ENVELOPE N° 02 (proposta de preços).**

**9.3.** Iniciada a abertura, casual do primeiro envelope, de forma aleatória, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

**9.4.** Serão realizadas tantas reuniões públicas quanto necessárias, desde que observados os procedimentos previstos neste Edital e na legislação em vigor.

**9.5.** Serão lavradas atas circunstanciadas de todas as reuniões, que conterão as anotações relativas

aos principais fatos e atos praticados, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação – CPL ou Subcomissão Técnica, caso haja, e pelos representantes presentes.

**9.6.** A Comissão Permanente de Licitação – CPL, poderá alterar as datas ou as pautas das reuniões, ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.

**9.7.** A Comissão Permanente de Licitação – CPL, em qualquer fase do processo, se julgar necessário, poderá proceder à vistoria das instalações e da aparelhagem disponível para a realização dos serviços, objeto deste certame.

**9.8.** Antes da publicação dos avisos oficiais de resultados desta licitação, não serão fornecidos, em hipóteses alguma, aos licitantes e/ou a terceiros, quaisquer informações referentes à adjudicação do certame ou à sua análise, avaliação ou mesmo comparação entre as propostas de preços e a documentação apresentada.

**9.9.** Qualquer tentativa de influenciar a Comissão Permanente de Licitação – CPL ou a Subcomissão Técnica, caso haja, no processo de julgamento da presente licitação, resultará na desclassificação sumária da licitante que o fizer.

#### **9.10. RELATIVO A HABILITAÇÃO:**

**9.10.1.** Recolhidos os envelopes, a Comissão Permanente de Licitação – CPL procederá a abertura destes e, fará circular entre os presentes, os respectivos documentos para análise e verificação do seu conteúdo, em confronto com as exigências do Edital, e terá basicamente a seguinte pauta:

- a)** abertura do ENVELOPE Nº 01, cujos documentos de habilitação serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação – CPL e pelos representantes das licitantes presentes, ou por comissão por elas constituída, conforme o caso;
- b)** examinar o cumprimento, pelas licitantes, das exigências fixadas neste Edital, para apresentação dos documentos de habilitação e julgá-los;
- c)** decidir e declarar habilitadas ou inhabilitadas, todas as licitantes credenciadas, registrando-se em ata circunstanciada;

**9.10.2.** Os representantes presentes poderão indicar uma comissão constituída de alguns entre eles, para rubricar os documentos nas diversas reuniões públicas, decisão que constará da respectiva ata.

**9.10.3.** A Comissão Permanente de Licitação – CPL, a seu critério, poderá suspender a reunião para proceder à análise detalhada dos documentos apresentados.



**9.10.4.** A Comissão Permanente de Licitação – CPL, ao término dos trabalhos de análise dos documentos de habilitação, intimará as licitantes, na forma da Lei, e fará anunciar sobre o resultado da habilitação.

**9.10.5.** Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido desistência do mesmo, ou ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, a Comissão Permanente de Licitação – CPL proclamará a superação da fase, podendo avançar para fase seguinte, ou seja, de classificação das propostas de preços.

**9.10.6.** Obedecido o disposto neste Edital e na legislação em vigor, os envelopes contendo as propostas de preços das empresas habilitadas serão abertos em sessão pública, previamente designada pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, hipótese ainda em que poderá ocorrer na mesma reunião.

## **9.11. RELATIVO A PROPOSTA DE PREÇOS:**

**9.11.1.** O ajuizamento do mérito será efetuado de conformidade com o que dispõe os arts. 44 e 45 da Lei nº 8.666/1993, que adotará como critério de julgamento o disposto no preâmbulo deste Edital.

**9.11.2.** Abertos os trabalhos de julgamento das propostas de preços, serão observados os procedimentos abaixo, e terá basicamente a seguinte pauta:

- a)** abertura do ENVELOPE Nº 02, cujas propostas de preços serão rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação – CPL e pelos representantes das licitantes presentes, ou por comissão por elas constituída, conforme o caso;
- b)** examinar o cumprimento, pelas licitantes, das exigências fixadas neste Edital, para elaboração das propostas de preços e julgá-las;
- c)** declarar vencedora, a licitante mais bem classificada na proposta de preços, considerando o tipo de classificação disposto no preâmbulo deste Edital, registrando-se em ata circunstanciada;
- d)** publicação do resultado final, por ordem de classificação, com indicação da proposta de preços vencedora, abrindo-se prazo para interposição de recurso. *(art. 109, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/1993)*

**9.11.3.** A Comissão Permanente de Licitação – CPL, procederá à verificação da conformidade de cada proposta de preços com os requisitos do Edital e seus anexos, bem como, os preços correntes no mercado, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes e/ou incompatíveis, ou ainda aquelas que:

- a)** não atenderem às exigências fixadas neste Edital;

- b) apresentarem preço, ofertas e/ou vantagens baseadas exclusivamente nas propostas das demais concorrentes;
- c) apresentarem-se inexecutáveis. (art. 48, § 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993)

**9.11.4.** A aceitabilidade da proposta de preços, será aferida a partir dos preços de mercado, unitário e total, oportunos na data da sua apresentação, apurados mediante a oferta apresentada à Administração Pública, juntada aos autos do processo por ocasião do julgamento. (art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993)

**9.11.5.** No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram à totalização de suas importâncias, procedendo-se às correções necessárias no caso de eventuais divergências e/ou erros de cálculos e somatórios, levando em consideração os aspectos que beneficiem a Administração Pública, e não impliquem em nulidade do procedimento e/ou invalidação da proposta da licitante, total ou parcial, tomando como referência, sempre que possível, **os preços unitários**, obedecendo ainda às seguintes disposições:

- a) havendo divergência entre os valores registrados na proposta de preços e os valores apresentados na totalização da planilha orçamentária, prevalecerá as correções efetuadas considerando-se a apuração deste último;
- b) as correções efetuadas serão consideradas para cálculo do valor global da proposta de preços, tomando-se como corretos aqueles apurados pela Comissão Permanente de Licitação – CPL.

**9.11.6.** Após as eventuais correções e, havendo mudança no preço global, será novamente feita, para a proposta corrigida, a verificação de acordo com os critérios previstos neste Edital e seus anexos, até que se encontre conforme.

**9.11.7.** Uma vez abertas as propostas de preços, não será permitido que a licitante faça retificações, alterações e/ou cancelamentos dos preços ofertados, salvo as condições previstas no subitem 9.11.5 do Edital.

**9.11.8.** O simples acolhimento das propostas de preços para exame e/ou julgamento, não gera direito adquirido ao autor de qualquer delas, na homologação e adjudicação dos serviços, objeto da presente licitação.

**9.11.9.** O julgamento levará em consideração o **MENOR PREÇO**, e a classificação das licitantes qualificadas far-se-á pela ordem crescente dos preços propostos e aceitáveis, prevalecendo, no caso de empate, o critério de sorteio público.

**9.11.10.** Em caso de absoluta igualdade de condições, ou seja, empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei, a classificação se fará por

sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas. (art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/1993)

**9.11.11.** Na hipótese de empate entre empresas não-enquadradas e àquelas Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), a situação ensejará a aplicação das disposições previstas no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme disposições contidas no subitem 3.3 e 3.4 do Edital.

**9.11.12.** A Comissão Permanente de Licitação – CPL, a seu critério, poderá suspender a reunião para proceder à análise detalhada das propostas de preços apresentadas.

**9.11.13.** A Comissão Permanente de Licitação – CPL, ao término dos trabalhos de julgamento das propostas de preços, intimará as licitantes, na forma da Lei, e fará anunciar sobre o resultado da classificação.

**9.11.14.** Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido desistência do mesmo, ou ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, a Comissão Permanente de Licitação – CPL proclamará a superação da fase, podendo avançar para fase seguinte, ou seja, para homologação e adjudicação.

**9.11.15.** Os envelopes das licitantes inabilitadas ou desclassificadas, ficarão à disposição por **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de encerramento da presente licitação e, decorrido este prazo, sem que sejam reclamados pelo seu autor, poderá a Administração Pública, devolvê-los ainda fechados e lacrados, assim como, arquivá-los e/ou incinerá-los, após exauridos os prazos recursais.

**9.12.** A critério da Comissão Permanente de Licitação – CPL, todas as decisões referentes a esta licitação, ressalvadas aquelas, cuja publicação na imprensa oficial do Município de Pedro Gomes-MS é obrigatória, poderão ser divulgadas conforme a seguir:

- a)** nas reuniões e/ou qualquer sessão pública da presente licitação;
- b)** em Diário Oficial do Município de Pedro Gomes-MS;
- c)** por qualquer outro meio que permita comprovação inequívoca do recebimento da comunicação pelas licitantes.

## **10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**10.1.** Declarada conclusa as fases da licitação, qualquer participante, desde que credenciado, poderá manifestar sua intenção de recorrer, combatendo das decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, fazendo-se promover no prazo da Lei, petição devidamente instruída.

**10.2.** A Comissão Permanente de Licitação – CPL fará juízo de admissibilidade da intenção de recurso manifesta, abrindo-se o prazo recursal, na forma da Lei.

**10.3.** A propositura de recurso administrativo sobre o presente certame, obedecerá ao que estabelecem paragrafo 6º, art. 109, da Lei nº 8.666/1993, nos casos de:

- a)** habilitação ou inabilitação do licitante;
- b)** julgamento das propostas;
- c)** anulação ou revogação da licitação;
- d)** indeferimento do pedido de inscrição em Registro Cadastral de Fornecedores (RCF) da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes-MS, sua alteração e/ou cancelamento;
- e)** rescisão do contrato; *(art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993)*
- f)** aplicação das penas de advertência, suspensão temporária e/ou de multa.

**10.4.** A falta de manifestação imediata e motivada da interposição de recurso, implicará decadência deste direito, e os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos, ficando a Comissão Permanente de Licitação – CPL autorizada a proclamar a superação das fases ou do ato, podendo avançar para a(s) demais seguinte(s).

**10.5.** Ao recorrente será concedido prazo de **02 (dois) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, contados da data de divulgação do resultado da respectiva fase, exceto se dela a licitante renunciar expressamente, ficando as demais, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada acesso imediato aos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, com vista franqueada ao interessado, aos autos do processo. *(art. 109, da Lei nº 8.666/1993)*

**10.6.** Na hipótese de interposição de recurso, a Comissão Permanente de Licitação – CPL notificará formalmente as demais licitantes, que poderão impugná-lo, após o que, com a apreciação de todas as argumentações, notificará todas as licitantes do seu resultado e, convocará os interessados para nova reunião e/ou sessão pública deste certame, caso necessário.

**10.7.** O recurso administrativo, caso haja, deverá ser protocolizado no DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL, à sede da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes-MS, situada na Rua Minas Gerais, 392, Centro, neste Município, no horário compreendido entre das 07h00min às 13h00min, formalizado em vias originais, devidamente assinadas pelo seu titular ou representante legal, observado os poderes para tal feito, ou no e-mail: ronisonora@hotmail.com

**10.8.** Caberá à Comissão Permanente de Licitação – CPL, receber, examinar e instruir o recurso impetrado contra sua decisão e, caso não a reconsidere, fazê-lo subir, devidamente informados à autoridade superior, a quem caberá a decisão final. *(art. 109, da Lei nº 8.666/1993)*

**10.9.** O acolhimento do recurso, assim como, sua reconsideração, implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, no presente certame.

**10.10.** A decisão em grau de recurso **será definitiva** e dela dar-se-á conhecimento a todos os interessados, sempre por meio de comunicação oficial (Diário Oficial), de ofício, ou ainda, em último caso, por meio eletrônico (e-mail).

**10.11.** Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Comissão Permanente de Licitação – CPL, submeterá à autoridade competente para deliberação quanto à homologação e adjudicação do procedimento licitatório em epígrafe, para que possa surtir efeitos legais e, posteriormente publicado, na forma da Lei.

## **11. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**11.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus anexos, relativos a habilitação e classificação da proposta de preços, bem como, a regularidade dos atos praticados, o objeto será homologado e adjudicado a licitante declarada vencedora, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos expedientes apresentados a fase recursal. *(art. 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993)*

**11.2.** Após a homologação e adjudicação da presente licitação, não será permitido à licitante vencedora, o direito de cancelamento da proposta de preços, contrato, nota de empenho e/ou instrumento correspondente, sujeitando-se às penalidades cabíveis, na forma da Lei. *(art. 43, § 6º, da Lei nº 8.666/1993)*

**11.3.** O resultado final da licitação será nos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente, senão quando dos avisos, ou seja, publicados em Diário Oficial do Município.

## **12. DA CONTRATAÇÃO E FORMALIZAÇÃO**

**12.1.** As obrigações decorrentes desta licitação, serão formalizadas através de contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, observando-se as condições fixadas neste Edital e seus anexos, na legislação vigente, e em especial, na proposta vencedora.

**12.2.** Constatada a regularidade da homologação e adjudicação, e conforme o caso, a proponente vencedora ou beneficiária será convocada para assinatura do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, que deverá aceitá-los e retirá-los, dentro dos prazos estabelecidos, considerando-se razoável o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação por parte da Administração Pública.

**12.3.** O prazo estipulado para assinatura do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, poderá ser prorrogado, em uma única vez, por igual período, durante o seu transcurso, quando solicitado pela proponente vencedora ou beneficiária, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município, a critério da Administração Pública. *(art. 64, § 1º, da Lei nº 8.666/1993)*

**12.4.** Quando a convocada não assinar o contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, ou ainda, não aceitá-los ou retirá-los nos prazos e condições estabelecidas, será facultado à Administração Pública, convocar as licitantes remanescentes, de forma subsequente, na ordem de classificação, para fazê-los em igual prazo, ou mesmo, revogar a licitação, independentemente da cominação do art. 81 da Lei nº 8.666/1993. *(art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/1993)*

**12.5.** Decorridos **60 (sessenta) dias** da data de apresentação da proposta de preços, sem convocação para assinatura do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, ficarão as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, salvo quando da sua reformulação. *(art. 64, § 3º, da Lei nº 8.666/1993)*

### **13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** As despesas decorrentes do objeto desta licitação ocorrerão à conta dos recursos consignados no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes-MS, de acordo com o programa de trabalho, projeto atividade, fonte de recursos, ficha orçamentária e natureza da despesa abaixo discriminada, aportada para o exercício financeiro do ano corrente, ou no futuro, à dotação que a substituir.

020401 – Secretaria Municipal de Administração

04.122.0002.2005 – Operação e Manutenção do Sistema Municipal de Administração Pública

33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

14.2. O valor estimado da presente licitação é de R\$168.000,00.

14.3. A licitante que apresentar sua proposta de preços, unitário e total, com o valor superior ao estimado, será sumariamente desclassificada. *(art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993)*

### **15. DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO**

15.1. Os serviços, objeto da presente licitação, serão prestados de forma continuada ao Município e deverão ser executado no prazo de 12 meses a contar da assinatura do contrato, podendo o contrato ser aditivado caso haja interesse mútuo das partes.

15.2. Verificada qualquer desconformidade dos serviços, objeto da presente licitação, a CONTRATADA deverá promover as correções necessárias no prazo máximo oportunamente fixado, ou ainda, na sua omissão e/ou ausência, imediatamente após sua notificação pela CONTRATANTE, sujeitando-se às penalidades cabíveis, na forma da Lei.

15.3. Para toda e qualquer execução que não satisfaçam integralmente as condições do Edital e seus anexos, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, dos serviços inadequados ou de qualidade inferior, sujeitando-se às penalidades cabíveis, na forma da Lei. *(art. 69, da Lei nº 8.666/1993)*

15.4. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, qualquer obra ou serviços, executados se em desacordo com o objeto contratado. (art. 76, da Lei nº 8.666/1993)

## **16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

16.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, em até **30 (trinta) dias** após apresentação da Nota Fiscal (NF), devidamente, atestada pela Secretaria e/ou Órgão requisitante competente e analisada pelo FISCAL DO CONTRATO, conforme disposições contidas na Lei Federal nº 4.320/1964 (art. 62 e 63), Lei de Responsabilidade Fiscal e também o que dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/1993.

16.2. Para pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal (NF), de acordo com a parcela correlacionada, devendo ser emitida em nome do CNPJ/MF vinculado à Secretaria e/ou Órgão competente, conforme o ordenamento da despesa pública da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes-MS, contendo de forma legível o número do respectivo contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, assim como, valor unitário e total, expresso em reais.

16.3. Sempre que for o caso, serão exigidas **Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)**, em atendimento ao Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, e alterações posteriores, regulamentado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, que estabelece sua obrigatoriedade para pagamentos a partir de 1º de abril de 2011.

16.4. As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional), devidos pelas Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), deverão apresentar a cada pagamento, em 02 (duas) vias, Declaração na forma do ANEXO IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 (art. 4º, inciso XI, concomitante o art. 6º).

16.5. Antes do pagamento, a CONTRATANTE obrigatoriamente realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, especialmente quanto à regularidade fiscal, condição que implicará diretamente quanto à efetivação da liquidação da despesa, devendo seus resultados serem impressos, autenticados e juntados ao processo para pagamento.

16.6. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante a execução, qualquer que seja a natureza do objeto licitado, não tiver sido proporcionado de acordo com as exigências contidas no Edital e seus anexos, ou, por incorreções formais não sanadas na apresentação da Nota Fiscal (NF).

16.7. Havendo erro(s) e/ou incorreção(ões) na apresentação da Nota Fiscal (NF), das comprovações ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à CONTRATADA para as correções necessárias e o pagamento ficará pendente até que se providencie as medidas saneadoras, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação do pagamento correspondente. Nesta hipótese,

o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação que inicialmente a originou, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

16.8. Constatando-se, qualquer irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação, ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

16.9. Não havendo regularização, ou, sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, nos autos do processo licitatório correspondente, garantida a ampla defesa e o contraditório.

16.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do instrumento contratual, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

16.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional, ou, outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o instrumento contratual em execução com a CONTRATADA inadimplente.

16.12. Ocorrendo eventuais atrasos no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, aplicar-se-á o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), a título de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso, na forma da legislação tributária vigente.

16.13. Entende-se por atraso, o período que exceder o trintídio previsto no subitem 17.1 do Edital.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada retenções tributárias previstas na legislação aplicável, conforme regime da CONTRATADA.

16.15. Para pagamento, será considerada a data do dia que constar como emitida a autorização de pagamento, expedida pela tesouraria da CONTRATANTE.

16.16. A CONTRATANTE não se responsabilizará, sob hipótese alguma, por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordado na contratação.

16.17. Não caberá, sob hipótese alguma, pagamento ou reembolso antecipado, por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA, salvo por condições devidamente justificadas pela Administração Pública e condicionadas às excepcionalidades previstas na forma da Lei. (*Acórdãos TCU nº 134/1995, 059/1999, 3614/2013 e 1565/2015 – Ambos do Plenário*).

## **17. DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES**

**17.1.** Nos termos dos arts. 86 a 88, da Lei nº 8.666/1993, pelo descumprimento das obrigações assumidas, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente justificados e aceitos, ficará a



CONTRATADA, sujeita à aplicação de sanções administrativas, previstas na legislação vigente, a juízo da CONTRATANTE, conforme disposições a seguir.

**17.2. Por atraso injustificado na execução:**

- a)** multa moratória de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor inadimplido do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e
- b)** multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a CONTRATANTE rescindir o respectivo contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, aplicando-se à CONTRATADA, as demais sanções previstas neste Edital e na legislação em vigor.

**17.3. Por inexecução, total ou parcial:**

- a)** advertência, por escrito;
- b)** multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente;
- c)** multa de 30% (trinta por cento), sobre o valor correspondente à parte não-cumprida e/ou da totalidade do objeto não-executado;
- d)** suspensão temporária de participação em licitação;
- e)** impedimento de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, **por prazo não superior a 02 (dois) anos.**

**17.3.1.** A critério da CONTRATANTE, as sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do subitem acima, poderão ser aplicadas juntamente com as previstas nas alíneas "b" e "c", sem prejuízo da rescisão contratual, por qualquer das hipóteses previstas nos arts. 77 a 80, da Lei nº 8.666/1993.

**17.4.** Aplicar-se-á advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos a CONTRATANTE, aplicadas nos seguintes casos:

- a)** Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente e/ou na licitação, desde que acarretem pequenos transtornos, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o dano.
- b)** Execução insatisfatória do objeto contratado, ou ainda, outras ocorrências, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária e/ou declaração de inidoneidade.

17.5. Nenhum pagamento será feito ao executor da obra ou serviços que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

17.6. As multas administrativas aqui previstas, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas, devendo serem recolhidas no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da notificação pela CONTRATADA e/ou publicação do ato em Diário Oficial.

17.7. A aplicação das sanções administrativas, realizar-se-á em processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da notificação pela CONTRATADA e/ou publicação do ato em Diário Oficial, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo máximo será de até **10 (dez) dias úteis** da abertura de vista. (art. 87, § 2º e 3º, da Lei nº 8.666/93)

**17.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções administrativas, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à Administração Pública, observado o princípio da proporcionalidade.

17.9. Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, deixar de entregar e/ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada do sistema de Registro Cadastral de Fornecedores (RCF) da Prefeitura de Pedro Gomes-MS, pelo prazo de até **02 (dois) anos**, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital e na legislação em vigor.

17.10. A aplicação das sanções administrativas à CONTRATADA, será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, ou seja, FISCAL DO CONTRATO/Engenheiro (a) do Município, endereçado à ASSESSORIA JURÍDICA, sempre que constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada, evidência de atuação com interesses escusos e/ou reincidência de faltas sucessivas, que acarretem prejuízos à CONTRATANTE, consistentes em:

- a)** Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação correspondente;
- b)** Se recusar a assinar o contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE;
- c)** Execução insatisfatória e/ou não concluída do objeto contratado, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência;
- d)** Execução em desacordo com as especificações técnicas e/ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto do Edital e seus anexos, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela fiscalização da CONTRATANTE;

- e) Cometer quaisquer irregularidades que acarretem prejuízos à CONTRATANTE, ensejando a rescisão contratual e/ou frustração do processo licitatório;
- f) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- g) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- h) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio e/ou de terceiros, quaisquer informações privilegiadas de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio da CONTRATANTE;
- i) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, obrigatórios por lei;
- j) apresentarem à CONTRATANTE qualquer documento falso e/ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou mesmo, no curso da relação contratual;
- k) praticar qualquer fato capitulado como "crime" pela Lei nº 8.666/1993, ou atos de corrupção, ou que, esteja sofrendo qualquer procedimento administrativo ou judicial pela prática de atos intrínsecos a estes, quer sob a égide da Lei nº 12.846/2013, do Código Penal e/ou correlatas, não se limitando a apenas estas, assim definidas em conjunto como "Leis Anticorrupção".

17.11. Independentemente das sanções administrativas dispostas neste instrumento, a CONTRATADA estará sujeita à indenização por perdas e danos, podendo ainda a CONTRATANTE, propor que a licitante seja responsabilizada:

- a) **civilmente**, nos termos do Código Civil – Lei Federal nº 10.406/2002;
- b) **criminalmente**, nos termos do Código Penal, e/ou legislação pertinente;
- c) **perante aos órgãos e/ou entidades**, incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes.

## **18. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

18.1. O cumprimento das obrigações constantes no contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, decorrentes da execução do objeto licitado, será acompanhado e fiscalizado em todos os seus termos, por representante qualificado, previamente designado através de portaria específica, pela Secretaria e/ou Órgão requisitante competente, que poderá (rão) ser assessorado(s) por profissional(is) e/ou empresa(s) especializada(s), tomando-se como base os arts. 67 a 76 da Lei nº 8.666/1993, e que representará (rão) a CONTRATANTE.

18.2. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo, quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste Edital e na legislação em vigor, podendo culminar em rescisão contratual. *(arts. 77 a 80, da Lei nº 8.666/1993)*

18.3. O representante da CONTRATANTE anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do objeto licitado, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA. *(art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/1993)*

18.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do FISCAL DO CONTRATO, deverão ser solicitadas e encaminhadas a autoridade superior competente, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes. *(art. 67, § 2º, da Lei nº 8.666/1993)*

18.5. A atribuição de fiscalização caberá do controle quantitativo e qualitativo, bem como, no acompanhamento dos trabalhos resultantes para efetivação da fiel e perfeita execução do objeto licitado. *(arts. 67, 73 e 74, da Lei nº 8.666/1993)*

18.6. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, para representá-la sempre que for necessário. *(art. 68, da Lei nº 8.666/1993)*

18.7. Além do acompanhamento e fiscalização, o FISCAL DE CONTRATO poderá, ainda, sustar qualquer condição que esteja em desacordo com àquelas estabelecidas no Edital e seus anexos, sempre que essa medida se tornar necessária.

18.8. A atividade de acompanhamento e fiscalização, em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, inclusive perante a terceiros, e nem confere à CONTRATANTE, responsabilidade solidária, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de recursos inadequados ou de qualidade inferior, seja materiais, tecnológicos e/ou humanos. *(art. 70, da Lei nº 8.666/1993)*

18.9. São obrigações supremas da fiscalização, caso necessário:

- a)** Fornecer à CONTRATADA, as informações e a documentação técnica indispensável e suficiente à execução do objeto contratado;
- b)** Comunicar à CONTRATADA, por escrito e em tempo hábil, quaisquer instruções e/ou procedimentos a adotar sobre os assuntos relacionados à execução do contrato;
- c)** Exigir da CONTRATADA, a elaboração de demonstrativos para eventuais termos aditivos relativos ao contrato, com detalhamento das justificativas, índices, memórias de cálculo e/ou planilhas, contendo de forma clara e objetiva, a indicação do aditamento ou supressão, que se façam necessários.

18.10. À CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com o presente Edital e seus anexos. (art. 76, da Lei nº 8.666/1993)

18.11. A hipótese de mudança e/ou alteração do FISCAL DO CONTRATO, será admitida, e caso ocorra, deverá ser imediatamente comunicada por escrito à CONTRATADA, indicando-se o(s) seu(s) respectivo(s) substituto(s).

18.12. A CONTRATANTE, a seu critério, além do FISCAL DO CONTRATO, poderá a qualquer tempo, constituir "Comissão Especial de Fiscalização e Recebimento", composta de no mínimo 03 (três) membros, que representarão a CONTRATANTE nas questões que envolvam a execução e a fiscalização do objeto contratado.

18.13. Cabe à CONTRATADA, atender prontamente e dentro do prazo estipulado, quaisquer exigências do representante da CONTRATANTE, encarregado do acompanhamento e fiscalização contratual, inerentes ao objeto licitado, **sem que disso decorra qualquer "ônus-extra"**, respondendo por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade, observada na execução do contrato e/ou em decorrência deste.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1. As condições estabelecidas no Edital e seus anexos, constituem-se parte integrante e complementar do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, independentemente de transcrição do seu texto ou redação, como se neles estivessem contidas.

19.2. Até a assinatura do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, a(s) licitante(s) vencedora(s) poderá(ão) ser desclassificada(s), se a Administração Pública tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação ou à sua classificação, conhecido após o julgamento do certame em epígrafe.

19.3. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

19.4. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório, mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se ao autor às sanções legais e administrativas aplicáveis.

19.5. A tentativa de fraudar o certame, ocasionará ao autor da conduta, à aplicação de penalidades e impedimento de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação em vigor.

19.6. Correrão por conta da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes-MS, as despesas que incidirem sobre a formalização do contrato, aí incluídas tão somente às decorrentes de sua publicação, que deverá ser efetivada em extrato e Diário Oficial. (art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993)

19.7. As normas disciplinadoras da presente licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação.

19.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação em vigor.

19.9. Não serão aceitos qualquer tipo documento remetido por aparelhos fac-símile (fax), apresentados em papel térmico e/ou copiativo, ou ainda, qualquer outro meio eletrônico de transmissão de dados, devendo serem expostos em original, ou ainda, autenticados por qualquer meio oficial.

19.10. Na contagem dos prazos referidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos referidos, em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Pedro Gomes-MS.

19.11. Não havendo expediente, ou ainda, ocorrendo qualquer fato superveniente, caso fortuito e força maior, que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário anteriormente fixados no Edital, sem prejuízo dos demais atos legais, salvo comunicação expressa em contrário.

19.12. Para agilidade dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação apresentada, seu endereço, e-mail, números de telefone, preposto e pessoa responsável para contato.

19.13. A Comissão Permanente de Licitação – CPL, para atender o interesse da Administração Pública, poderá relevar omissões puramente formais, observadas na documentação de habilitação e proposta de preços, desde que não contrariem a legislação e não comprometam a lisura da licitação, sem prejuízo da promoção de diligências, se necessário for.

19.14. A Administração Pública poderá revogar a licitação, por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, em despacho fundamentado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, sem a obrigação de indenizar. *(art. 49 da Lei nº 8.666/1993)*

19.15. As licitantes, não terão direito à indenização, em decorrência da anulação e/ou revogação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé, de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente.

19.16. O Edital e seus anexos terão seus efeitos nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993 e alterações, após examinados e aprovados pela ASSESSORIA JURÍDICA, desta Administração Pública.

<b>20. DO FORO</b>
--------------------

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pedro Gomes-MS, para dirimir qualquer controvérsia resultante desta licitação, que não possam ser dirimidas administrativamente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **21. DOS ANEXOS DO EDITAL**

21.1. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- ANEXO I** – Proposta de preços;
- ANEXO II** – Declaração dos serviços;
- ANEXO III** – Termo de credenciamento;
- ANEXO IV** – Declaração de enquadramento (ME) ou (EPP);
- ANEXO V** – Declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/1999);
- ANEXO VI** – Declaração de idoneidade;
- ANEXO VII** – Declaração de que no quadro societário da empresa não há sócios ou proprietários, que façam parte de empresas declaradas inidôneas e impedidas de licitar e/ou contratar com a Administração Pública;
- ANEXO VIII** – Declaração de que conhece e aceita o teor do Edital e seus anexos, ressaltando-se o direito recursal;
- ANEXO IX** – Declaração de que terá disponibilidade técnico-operacional para satisfazer o fiel cumprimento do objeto licitado;
- ANEXO X** – Atestado de visita técnica;
- ANEXO XI** – Declaração de conhecimento dos serviços (desistência de visita técnica);
- ANEXO XII** – Minuta do contrato administrativo;

Pedro Gomes-MS, 31 de janeiro de 2023

**José Weiny Machado**  
Presidente da CPL

## **ANEXO II – DECLARAÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **CONVITE Nº XXX/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2023**

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, sediada à (endereço completo da empresa licitante), por intermédio de seu representante legal o(a) Srº(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do Registro de Identidade (RG) sob nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente, sob as penas do art. 299 do Código Penal e demais legislações cabíveis, que, o cumprimento do objeto licitado, circunstanciado pelo Termo de Recebimento Provisório – TRP ou Termo de Recebimento Definitivo – TRD, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA, pela solidez, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo contrato (*art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/1993*), obrigando-se a reparar, corrigir, ou substituir, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal



### **ANEXO III – TERMO DE CREDENCIAMENTO**

#### **CONVITE Nº XXX/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2023**

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, sediada à (endereço completo da empresa licitante), por intermédio de seu representante legal o(a) Srº(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do Registro de Identidade (RG) sob nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, detentor de amplos poderes para representar a outorgante ou delegar para que lhe faça às vezes para fins licitatórios, confere-os ao outorgado o(a) Srº(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do Registro de Identidade (RG) sob nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, com o fim específico de representar a outorgante perante a Prefeitura Municipal de Pedro Gomes-MS, podendo assim, propor seu credenciamento ao certame em epígrafe, bem como, formular propostas, renunciar direitos, apresentar recursos administrativos, firmar contratos, notas de empenhos e/ou instrumentos equivalentes, enfim, praticar todos os demais atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Local e data.

---

Assinatura do outorgante

---

Assinatura do outorgado

## **ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (ME) OU (EPP)**

### **CONVITE Nº XXX/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2023**

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, sediada à (endereço completo da empresa licitante), por intermédio de seu representante legal o(a) Srº(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do Registro de Identidade (RG) sob nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, juntamente com seu Contador ou Técnico Contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), DECLARA expressamente, sob as penas do art. 299 do Código Penal e demais legislações cabíveis, que:

- a)** enquadra-se na situação de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);
- b)** o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006;
- c)** não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º, § 4º, incisos I a X, da mesma Lei.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

\_\_\_\_\_  
Nome completo  
Nº de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade (CRC)  
Assinatura do Contador ou Técnico Contábil

**ANEXO V – DECLARAÇÃO RELATIVA À PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR**  
**(LEI Nº 9.854/1999)**

**CONVITE Nº XXX/2023**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2023**

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, sediada à (endereço completo da empresa licitante), por intermédio de seu representante legal o(a) Srº(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do Registro de Identidade (RG) sob nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente, sob as penas do art. 299 do Código Penal e demais legislações cabíveis, para fins de cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, combinado com o inciso V, do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/1993, que, não possui em seu quadro permanente de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e, de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos de idade.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

## **ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

### **CONVITE Nº XXX/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2023**

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, sediada à (endereço completo da empresa licitante), por intermédio de seu representante legal o(a) Srº(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do Registro de Identidade (RG) sob nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente, sob as penas do art. 299 do Código Penal e demais legislações cabíveis, que, até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação e que, não está impedida de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, assim como, ciência da obrigatoriedade e comprometimento de declarar, a qualquer tempo, a ocorrência de fatos posteriores, inerentes da habilitação, nos termos do art. 32, §2º, da mesma Lei, em confronto com as exigências do Edital.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE QUE NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA NÃO HÁ SÓCIOS OU PROPRIETÁRIOS, QUE FAÇAM PARTE DE EMPRESAS DECLARADAS INIDÔNEAS E IMPEDIDAS DE LICITAR E/OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

**CONVITE Nº XXX/2023  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2023**

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, sediada à (endereço completo da empresa licitante), por intermédio de seu representante legal o(a) Srº(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do Registro de Identidade (RG) sob nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente, sob as penas do art. 299 do Código Penal e demais legislações cabíveis, que, no quadro societário da empresa não há sócios ou proprietários, que façam parte de empresas declaradas inidôneas e impedidas de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE QUE CONHECE E ACEITA O TEOR DO EDITAL E SEUS ANEXOS,  
RESSALVANDO-SE O DIREITO RECURSAL**

**CONVITE Nº XXX/2023  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2023**

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, sediada à (endereço completo da empresa licitante), por intermédio de seu representante legal o(a) Srº(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do Registro de Identidade (RG) sob nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente, sob as penas do art. 299 do Código Penal e demais legislações cabíveis, que, conhece e aceita o teor completo do Edital e seus anexos, ressaltando-se o direito recursal, bem como, de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para a sua participação, e o fiel cumprimento das obrigações advindas, caso venha a ser vencedora no presente certame.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

**ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE QUE TERÁ DISPONIBILIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL PARA SATISFAZER O FIEL CUMPRIMENTO DO OBJETO LICITADO**

**CONVITE Nº XXX/2023  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2023**

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, sediada à (endereço completo da empresa licitante), por intermédio de seu representante legal o(a) Srº(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do Registro de Identidade (RG) sob nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente, sob as penas do art. 299 do Código Penal e demais legislações cabíveis, que, terá **disponibilidade técnico-operacional** técnico especializado, necessários e essenciais para o fiel cumprimento do objeto licitado e, disponíveis quando da contratação, caso venha a ser vencedora no presente certame.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

## ANEXO X – ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

### CONVITE Nº XXX/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2023

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, sediada à (endereço completo da empresa licitante), por intermédio de seu representante legal o(a) Srº(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do Registro de Identidade (RG) sob nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente, sob as penas do art. 299 do Código Penal e demais legislações cabíveis, que, realizou a visita técnica ao local dos serviços, conforme dispõe o Edital da licitação em referência, tendo tomado conhecimento de todos os aspectos que possam influir, direta ou indiretamente, no cumprimento dos trabalhos e, das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto licitado, sobretudo, das dificuldades de ordem técnica à sua execução, assim como, demais informações necessárias para o fiel cumprimento das obrigações advindas, caso venha a ser vencedora no presente certame.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

**ATESTAMOS**, para os devidos fins, que a visita técnica acima mencionada, foi efetivamente realizada e constatada ao representante legal da empresa interessada, assim como, todas as informações técnicas necessárias à formulação de sua proposta de preços, de responsabilidade, única e exclusivamente, da licitante.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do responsável pela visita  
Secretaria Municipal de Administração  
Prefeitura Municipal de Pedro Gomes-MS



**ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS  
(DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA)**

**CONVITE Nº XXX/2023  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2023**

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, sediada à (endereço completo da empresa licitante), por intermédio de seu representante legal o(a) Srº(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do Registro de Identidade (RG) sob nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente, sob as penas do art. 299 do Código Penal e demais legislações cabíveis, que, abre mão da visita técnica ao local dos serviços, facultativa e não-obrigatória, conforme dispõe o Edital da licitação em referência.

Declara ainda, ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto licitado, na qual se compromete a acatar todas as condições estabelecidas no Edital da licitação em referência, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais de natureza técnica e/ou financeira, bem como, não se utilizará de qualquer questionamento ou alegação posterior, caso venha a ser vencedora no presente certame.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

**– MINUTA – XII**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2023**

*INSTRUMENTO CONTRATUAL, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PEDRO GOMES-MS,  
ATRAVÉS DA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXX.*

**I – O MUNICÍPIO DE PEDRO GOMES, ATRAVÉS DA SECRETARIA.....**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.352.986/0001-57, neste ato representado por....., brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº XXXXXXXXXXXXXXXX e portador do Registro de Identidade (RG) sob nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com endereço administrativo no Paço Municipal, neste Município, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob nº XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado por XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob nº XXXXXXXXXXXXXXXX e portador do Registro de Identidade (RG) sob nº XXXXXXXXXXXXXXXX, ajustam o presente contrato, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas, sob a égide da legislação vigente.

**II – DA AUTORIZAÇÃO E COMPETÊNCIA:** O presente contrato é celebrado em decorrência da autorização sancionada pela autoridade competente, exarada em despacho constante dos autos da CARTA CONVITE Nº XXX/XXXX – PROCESSO LICITATÓRIO nº XXX/XXXX, de conformidade com o Edital e aprovado pela ASSESSORIA JURÍDICA, desta Administração Pública, cujo procedimento licitatório foi adjudicado, homologado e devidamente concluído em todas as suas fases, dos quais constituem-se parte integrante e complementar deste instrumento, como se nele estivessem contidos.

**III – DO FUNDAMENTO LEGAL:** O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contido, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 8.666/1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

**IV – DOS DOCUMENTOS VINCULADOS:** Independentemente de transcrição, passam a fazer parte deste contrato e a ele se integram: o Edital e seus Anexos, bem como, em especial, a Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

**V – DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO:** O presente contrato será executado na forma de execução indireta.

<b>CLAUSULA I – DO OBJETO</b>
-------------------------------

A presente licitação tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MEDICINA DO TRABALHO; LANÇAMENTOS DE INFORMAÇÕES RELATIVO AO E-SOCIAL E GERAÇÃO DOS ARQUIVOS XML PARA TRANSMISSÃO A RECEITA FEDERAL, SISTEMA S-2210, S-2220, E S-2240, E ACOMPANHAMENTO DA DCTF WEB, EFD-REINF, R-210 E R2055, E ASSESSORIA E EXECUÇÃO DOS EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS

COM A INCLUSÃO DOS EXAMES COMPLEMENTARES COM MÉDICO PRÓPRIO E INCLUSÃO NO E-SOCIAL. GESTÃO CONTINUADA DOS SISTEMAS DE GESTÃO NA ÁREA DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO, COM A COMUNICAÇÃO DO E-SOCIAL E ACOMPANHAMENTO DOS LANÇAMENTOS NA PLATAFORMA E EVENTOS QUE POSSIBILITEM PRÁTICAS GOVERNAMENTAIS QUE ASSEGUREM MAIS EFICIÊNCIA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS; A EMPRESA DEVERÁ POSSUIR EM SEU QUADRO DE FUNCIONÁRIOS, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, MÉDICO DO TRABALHO (RQE), ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, CONTADOR E OUTROS;

1. as especificações detalhadas a serem cumpridas pela empresa vencedora do certame constam do Edital e seus anexos, os quais são partes integrantes e complementar deste instrumento, termo de referência, ETP.
2. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

## CLAUSULA II – DOS SERVIÇOS

Os serviços serão realizados em obediência às prescrições e exigências quanto as especificações e as normas vigentes que a eles se aplicarem, sendo que, nenhuma alteração poderá ser feita, sem autorização expressa da CONTRATANTE.

**1.1.** Considerando que, o contrato de serviços é por escopo, o término do prazo de vigência não é causa de extinção do ajuste, cabendo ao CONTRATANTE apurar se as razões que inviabilizaram a execução do objeto, no prazo inicialmente avençado, decorreram de atuação deficiente da CONTRATADA, não havendo motivos para cessação prévia do ajuste e, por fim, dar existência a conclusão do objeto contratado e o seu recebimento definitivo pela Administração Pública. *(Acórdão TCU nº 1.980/2004 – 1ª Câmara)*

**1.2.** A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos de execução, estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente fundamentada, comprovada e acompanhada do pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência, afim de que não restem prejuízos à efetiva prorrogação da vigência contratual. *(art. 57, da Lei nº 8.666/1993)*

## CLAUSULA III – DO PRAZO E VIGÊNCIA

**2.1.** O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.

**2.2.** O **prazo de realização dos serviços** conforme determinações da Secretaria.

**2.3.** O prazo para o início dos serviços, será de 05 (cinco), dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço (O.S.), emitida por parte da CONTRATANTE, em nome da CONTRATADA, na qual deverá constar expressamente a referida previsão para começo dos trabalhos.

**2.4.** Os prazos poderão ser prorrogados, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificado por escrito, nos autos do processo licitatório correspondente e previamente autorizado pela autoridade competente, conforme disposto no § 1º e 2ª, do art. 57, da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLAUSULA IV – DO VALOR**

**3.1.** O valor do presente contrato perfaz a quantia total de R\$XX,xx (), apurados mediante proposta, apresentada pela CONTRATADA.

**3.2.** Valor mensal R\$.....

**3.3.** O preço é fixo e irrevogável, respeitando as determinações do art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/1993.

**3.4.** Nos preços estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto contratado, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, resultantes dos serviços em referência, consoante disposições contidas no art. 71, da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA V – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 As despesas decorrentes do objeto deste contrato ocorrerão à conta dos recursos consignados no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes-MS, atividade, fonte de recursos, e natureza da despesa abaixo discriminada, aportada para o exercício financeiro do ano corrente, ou no futuro à dotação que a substituir, em razão de alterações do orçamento.

020401 – Secretaria Municipal de Administração

04.122.0002.2005 – Operação e Manutenção do Sistema Municipal de Administração Pública

33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

#### **CLAUSULA VI – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO**

6.1 Os serviços, objeto do presente contrato, deverá ser executado nos prazos e condições estabelecidas neste instrumento.

6.2 A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, estipular cotas mínimas ou máximas quando da sua execução, ou ainda, parcela(s) que represente(m) parte(s) e/ou fração do objeto licitado, salvo se sua natureza assim permitir, e desde que, devidamente autorizado pela CONTRATANTE.

6.3 Verificada qualquer desconformidade dos serviços, objeto do presente contrato, a CONTRATADA deverá promover as correções necessárias no prazo máximo oportunamente fixado, ou ainda, na sua omissão e/ou ausência, imediatamente após sua notificação pela CONTRATANTE, sujeitando-se às penalidades cabíveis, na forma da Lei.

6.4 Para toda e qualquer execução que não satisfaçam integralmente as condições deste instrumento, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, sujeitando-se às penalidades cabíveis, na forma da Lei. (art. 69, da Lei nº 8.666/1993)

**6.5 Na conclusão dos serviços, o seu objeto será recebido na seguinte forma:**

a) **PROVISORIAMENTE:** mediante Termo de Recebimento Provisório – TRP .

b) **DEFINITIVAMENTE:** mediante Termo de Recebimento Definitivo – TRD.

6.6 A expedição do Termo de Recebimento Provisório – TRP e/ou Termo de Recebimento Definitivo – TRD, não exclui a responsabilidade civil da licitante, pela solidez, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo contrato. (art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/1993)

6.7 Salvo as disposições em contrário, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para boa execução dos serviços, objeto do presente contrato, correm por conta e responsabilidade da CONTRATADA. (art. 75, da Lei nº 8.666/1993)

6.8 A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, qualquer serviços, executados se em desacordo com o objeto contratado. (art. 76, da Lei nº 8.666/1993)

## **CLAUSULA VII – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.1 O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, em até **30 (trinta) dias** após apresentação da Nota Fiscal (NF), devidamente, atestada pela Secretaria e/ou Órgão requisitante competente e analisada pelo FISCAL DO CONTRATO, conforme disposições contidas na Lei Federal nº 4.320/1964 (art. 62 e 63), Lei de Responsabilidade Fiscal e também o que dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/1993.

7.2 Para pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal (NF), de acordo com a parcela correlacionada, devendo ser emitida em nome do CNPJ/MF vinculado à Secretaria, e/ou Órgão competente, conforme o ordenamento da despesa pública da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes-MS, contendo de forma legível o número do respectivo contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, assim como, valor unitário e total, expresso em reais e especificação dos serviços realizados.

7.3 Sempre que for o caso, serão exigidas **Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)**, em atendimento ao Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, e alterações posteriores, regulamentado pelo Conselho

Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, que estabelece sua obrigatoriedade para pagamentos a partir de 1º de abril de 2011.

7.4 As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional), devidos pelas Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), deverão apresentar a cada pagamento, em 02 (duas) vias, Declaração na forma do ANEXO IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 (art. 4º, inciso XI, concomitante o art. 6º).

7.5 Antes do pagamento, a CONTRATANTE obrigatoriamente realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, especialmente quanto à regularidade fiscal, condição que implicará diretamente quanto à efetivação da liquidação da despesa, devendo seus resultados serem impressos, autenticados e juntados ao processo para pagamento.

7.6 À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante a execução, qualquer que seja a natureza do objeto licitado, não tiver sido proporcionado de acordo com as exigências contidas no Edital e seus anexos, ou, por incorreções formais não sanadas na apresentação da Nota Fiscal (NF).

7.7 Havendo erro(s) e/ou incorreção(ões) na apresentação da Nota Fiscal (NF), das comprovações ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à CONTRATADA para as correções necessárias e o pagamento ficará pendente até que se providencie as medidas saneadoras, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação do pagamento correspondente. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação que inicialmente a originou, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7.8 Constatando-se, qualquer irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação, ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

7.9 Não havendo regularização, ou, sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, nos autos do processo licitatório correspondente, garantida a ampla defesa e o contraditório.

7.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do instrumento contratual, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

7.11 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional, ou, outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o instrumento contratual em execução com a CONTRATADA inadimplente.

7.12 Ocorrendo eventuais atrasos no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, aplicar-se-á o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), a título de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, que será o produto resultante do mesmo índice

do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso, na forma da legislação tributária vigente.

7.13 Entende-se por atraso, o período que exceder o trintídio previsto no subitem 7.1 do Edital.

7.14 Quando do pagamento, será efetuada retenções tributárias previstas na legislação aplicável, conforme regime da CONTRATADA.

7.15 Para pagamento, será considerada a data do dia que constar como emitida a autorização de pagamento, expedida pela tesouraria da CONTRATANTE.

7.16 A CONTRATANTE não se responsabilizará, sob hipótese alguma, por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordado na contratação.

7.17 Não caberá, sob hipótese alguma, pagamento ou reembolso antecipado, por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA, salvo por condições devidamente justificadas pela Administração Pública e condicionadas às excepcionalidades previstas na forma da Lei. *(Acórdãos TCU nº 134/1995, 059/1999, 3614/2013 e 1565/2015 – Ambos do Plenário).*

## CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1 Por interesse da CONTRATANTE, eventuais alterações contratuais poderão ser formalizadas, e reger-se-ão pela disciplina do art. 65, da Lei nº 8.666/1993.

8.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

8.2.1 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem acima, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes ou, os acréscimos previstos no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/1993, no caso particular de reforma.

8.3 Qualquer reajuste eventualmente pleiteado e/ou qualquer alteração que implique o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato, somente se efetivará após análise técnica e jurídica da CONTRATANTE, não perfazendo em hipótese alguma, retroatividade à data de sua solicitação, salvo por critérios devidamente justificados e aceitos, conforme requerimento da CONTRATADA, o qual deverá ser recebido no protocolo da Secretaria e/ou Órgão requisitante competente, qualificado e recorrido pelo FISCAL DO CONTRATO, quando posteriormente, remetido ao protocolo do DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES.

8.4 No transcurso de qualquer negociação, ficará a CONTRATADA obrigada a atender integralmente as solicitações da CONTRATANTE, não cabendo em hipótese alguma, suspender, vedar ou interromper a execução do objeto, ficando os pagamentos facultados aos preços vigentes ora contratados.

8.5 Para qualquer reajuste de preços, deverá ser observado o interregno mínimo de **12 (doze) meses**, precedidos obrigatoriamente de solicitação da CONTRATADA, desde que, não haja culpa, acompanhada de memória de cálculo, conforme a variação de custos objeto do reajuste, assim como, demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, sujeitando-se à aceitação pela CONTRATANTE.

8.6 Os reajustes a que a CONTRATADA fazer jus, que não forem solicitados durante a vigência contratual, serão objeto de preclusão, com o encerramento e/ou término do contrato, ou ainda, já efetivada sua prorrogação.

## **CLAUSULA IX– DAS OBRIGAÇÕES**

### **9.1 DA CONTRATANTE**

9.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta de preços.

9.1.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor técnico habilitado na área designado pela SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos a CONTRATANTE.

9.1.3 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

9.1.4 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço.

9.1.5 Fornecer à CONTRATADA por escrito às informações necessárias para o desenvolvimento da obra ou serviços, objeto do presente contrato.

9.1.6 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

9.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da ASSESSORIA JURÍDICA, desta Administração Pública, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

### **9.2 DA CONTRATADA**

9.2.1 Executar fielmente o objeto deste contrato segundo as especificações em estrita obediência à legislação vigente e demais normas técnicas aplicáveis ao objeto.

9.2.2 Reparar, corrigir, ou substituir, no total ou em parte, o objeto do presente contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.



9.2.3 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

9.2.4 Promover diligências junto aos órgãos competentes e/ou concessionárias de serviços públicos, para as respectivas aprovações de projetos, quando for o caso. Ressalta-se, ainda, que caberá à CONTRATADA, todo o ônus e/ou providências cabíveis para remanejamento de instalações junto à locação da obra.

9.2.5 Propiciar o acesso da fiscalização da CONTRATANTE aos locais onde se realizarão os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas. A atuação da comissão fiscalizadora da CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade dos serviços.

9.2.6 Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte dos serviços contratados.

9.2.7 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE e/ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

9.2.8 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação.

9.2.9 Assumir perante a CONTRATANTE a responsabilidade por todos os serviços realizados.

9.2.10 Na hipótese de qualquer reclamatória trabalhista proposta contra a CONTRATANTE, pelos empregados da CONTRATADA, esta deverá comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora e substituir a CONTRATANTE no processo, até sentença final, respondendo pelos ônus diretos e/ou indiretos de eventual condenação, não cessando essa responsabilidade após o término ou rescisão do presente contrato.

9.2.11 Conduzir os serviços em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.2.12 Responsabilizar-se e arcar com todas as obrigações decorrentes da legislação tributária, fiscal, comercial, trabalhista, previdenciária, civil e criminal, ou ainda, quaisquer outras decorrentes da execução do objeto contratado.

9.2.13 Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

9.2.14 Executar diretamente o objeto contratado, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas, salvo quando justificadas e aceitas pela CONTRATANTE.

9.2.15 Responsabilizar-se por todas as ações, pleitos ou reclamações, decorrentes de qualquer tipo de demanda e que, por qualquer causa, surjam em conexão com seus dirigentes, prepostos, representantes, empregados e/ou subcontratados (caso permitido), sempre que derivem de culpa ou negligência da CONTRATADA.

9.2.16 Responsabilizar-se isoladamente com todas as despesas decorrentes de suas atividades, de seus profissionais e de sua estrutura (seja física, organizacional, comportamental ou tecnológica), assim como, despesas junto à órgãos de serviços públicos, entidades e/ou outras empresas de terceiros, em parceria ou não, ou ainda, qualquer outra despesa que se faça necessária para sua fiel execução e cumprimento das obrigações assumidas.

## **CLÁUSULA X – DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES**

10.1 Nos termos dos arts. 86 a 88, da Lei nº 8.666/1993, pelo descumprimento das obrigações assumidas, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente justificados e aceitos, ficará a CONTRATADA, sujeita à aplicação de sanções administrativas, previstas na legislação vigente, a juízo da CONTRATANTE, conforme disposições a seguir.

10.2 **Por atraso injustificado na execução:**

- a) multa moratória de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor inadimplido do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e
- b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a CONTRATANTE rescindir o respectivo contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, aplicando-se à CONTRATADA, as demais sanções previstas neste Edital e na legislação em vigor.

10.3 **Por inexecução, total ou parcial:**

- a) advertência, por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente;
- c) multa de 30% (trinta por cento), sobre o valor correspondente à parte não-cumprida e/ou da totalidade do objeto não-executado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação;

- e) impedimento de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, **por prazo não superior a 02 (dois) anos.**

10.3.1 A critério da CONTRATANTE, as sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do subitem acima, poderão ser aplicadas juntamente com as previstas nas alíneas "b" e "c", sem prejuízo da rescisão contratual, por qualquer das hipóteses previstas nos arts. 77 a 80, da Lei nº 8.666/1993.

10.4 Aplicar-se-á advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos a CONTRATANTE, aplicadas nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente e/ou na licitação, desde que acarretem pequenos transtornos, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o dano.
- b) Execução insatisfatória do objeto contratado, ou ainda, outras ocorrências, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária e/ou declaração de inidoneidade.

10.5 Nenhum pagamento será feito ao executor da obra ou serviços que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

10.6 As multas administrativas aqui previstas, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas, devendo serem recolhidas no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da notificação pela CONTRATADA e/ou publicação do ato em Diário Oficial do Município.

10.7 A aplicação das sanções administrativas, realizar-se-á em processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da notificação pela CONTRATADA e/ou publicação do ato em Diário Oficial, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo máximo será de até **10 (dez) dias úteis** da abertura de vista. (art. 87, § 2º e 3º, da Lei nº 8.666/93)

10.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções administrativas, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à Administração Pública, observado o princípio da proporcionalidade.

10.9 Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, deixar de entregar e/ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada do sistema de Registro Cadastral de Fornecedores (RCF) da Prefeitura de Pedro Gomes-MS, pelo prazo de até **02 (dois) anos**, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital e na legislação em vigor.

10.10 A aplicação das sanções administrativas à CONTRATADA, será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, ou seja, FISCAL DO CONTRATO/Engenheiro (a) do Município, endereçado à ASSESSORIA JURÍDICA, sempre que constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada, evidência de atuação com interesses escusos e/ou reincidência de faltas sucessivas, que acarretem prejuízos à CONTRATANTE, consistentes em:

- a)** Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação correspondente;
- b)** Se recusar a assinar o contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE;
- c)** Execução insatisfatória e/ou não concluída do objeto contratado, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência;
- d)** Execução em desacordo com as especificações técnicas e/ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto do Edital e seus anexos, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela fiscalização da CONTRATANTE;
- e)** Cometer quaisquer irregularidades que acarretem prejuízos à CONTRATANTE, ensejando a rescisão contratual e/ou frustração do processo licitatório;
- f)** Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- g)** Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- h)** Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio e/ou de terceiros, quaisquer informações privilegiadas de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio da CONTRATANTE;
- i)** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, obrigatórios por lei;
- j)** apresentarem à CONTRATANTE qualquer documento falso e/ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou mesmo, no curso da relação contratual;
- k)** praticar qualquer fato capitulado como "crime" pela Lei nº 8.666/1993, ou atos de corrupção, ou que, esteja sofrendo qualquer procedimento administrativo ou judicial pela prática de atos intrínsecos a estes, quer sob a égide da Lei nº 12.846/2013, do Código Penal e/ou correlatas, não se limitando a apenas estas, assim definidas em conjunto como "Leis Anticorrupção".

10.11 Independentemente das sanções administrativas dispostas neste instrumento, a CONTRATADA

estará sujeita à indenização por perdas e danos, podendo ainda a CONTRATANTE, propor que a licitante seja responsabilizada:

- a) **civilmente**, nos termos do Código Civil – Lei Federal nº 10.406/2002;
- b) **criminalmente**, nos termos do Código Penal, e/ou legislação pertinente;
- c) **perante aos órgãos e/ou entidades**, incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes.

#### **CLÁUSULA XI – DA RESCISÃO**

11.1 O presente Contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos art. 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, todos da Lei nº 8.666/1993, aplicados automaticamente, desde que motivos justos assegurem a sua aplicação.

11.2 Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela CONTRATANTE e comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no presente contrato.

11.3 A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93, não dará à CONTRATADA, direito à indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, com a exceção do que estabelece o art. 79, § 2º, da referida lei.

11.4 A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

11.5 Em caso de cisão, incorporação ou fusão da CONTRATADA, caberá à CONTRATANTE decidir sobre a continuidade do presente contrato.

11.5.1 É admitida a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra Pessoa Jurídica (PJ), desde que sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação que originou a presente contratação, sejam mantidas as demais cláusulas e condições, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CONTRATANTE à continuidade do contrato.

11.6 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, pela CONTRATANTE, se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução das obras e serviços contratados, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

11.7 Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aqueles previstos no art. 393, do Código Civil – Lei Federal nº 10.406/2002.

#### **CLÁUSULA XII – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

12.1 A gestão do presente contrato será feita e realizada pela XXXXXXXXXXXXX, inscrita no CPF/MF sob nº XXXXXXXXXXXXX, puramente designado(s) ordenador(es) de despesa, conferido pelo Decreto nº .... de ..... de 20....,

12.2 A execução dos serviços deste contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato .....

12.3 O cumprimento das obrigações constantes no contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, decorrentes da execução do objeto licitado, será acompanhado e fiscalizado em todos os seus termos, por representante qualificado, previamente designado através de portaria específica, pela Secretaria e/ou Órgão requisitante competente, que poderá(rão) ser assessorado(s) por profissional(is) e/ou empresa(s) especializada(s), tomando-se como base os arts. 67 a 76 da Lei nº 8.666/1993, e que representará(ão) a CONTRATANTE.

12.4 O descumprimento, total ou parcial, das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo, quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste Edital e na legislação em vigor, podendo culminar em rescisão contratual. *(arts. 77 a 80, da Lei nº 8.666/1993)*

12.5 O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do objeto licitado, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA. *(art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/1993)*

12.6 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do FISCAL DO CONTRATO, deverão ser solicitadas e encaminhadas a autoridade superior competente, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes. *(art. 67, § 2º, da Lei nº 8.666/1993)*

12.7 A atribuição de fiscalização caberá do controle quantitativo e qualitativo, bem como, no acompanhamento dos trabalhos resultantes para efetivação da fiel e perfeita execução do objeto licitado. *(arts. 67, 73 e 74, da Lei nº 8.666/1993)*

12.8 A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, para representá-la sempre que for necessário. *(art. 68, da Lei nº 8.666/1993)*

12.9 Além do acompanhamento e fiscalização, o FISCAL DE CONTRATO poderá, ainda, sustar qualquer condição que esteja em desacordo com àquelas estabelecidas no Edital e seus anexos, sempre que essa medida se tornar necessária.

12.10 A atividade de acompanhamento e fiscalização, em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, inclusive perante a terceiros, e nem confere à CONTRATANTE, responsabilidade solidária, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de recursos inadequados ou de qualidade inferior, seja materiais, tecnológicos e/ou humanos. *(art. 70, da Lei nº 8.666/1993)*

12.11 São obrigações supremas da fiscalização, caso necessário:

- a) Fornecer à CONTRATADA, as informações e a documentação técnica indispensável e suficiente à execução do objeto contratado;
- b) Comunicar à CONTRATADA, por escrito e em tempo hábil, quaisquer instruções e/ou procedimentos a adotar sobre os assuntos relacionados à execução do contrato;
- c) Determinar à CONTRATADA, a emissão de relatórios e/ou elementos estatísticos, que se façam necessários ao planejamento físico-financeiro da CONTRATANTE, em relação ao objeto licitado;

12.12 À CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com o presente Edital e seus anexos. (art. 76, da Lei nº 8.666/1993)

12.13 A hipótese de mudança e/ou alteração do FISCAL DO CONTRATO, será admitida, e caso ocorra, deverá ser imediatamente comunicada por escrito à CONTRATADA, indicando-se o(s) seu(s) respectivo(s) substituto(s).

## **CLÁUSULA XII – DAS VEDAÇÕES**

13.1 É vedado à CONTRATADA:

13.1.1 Caucionar ou utilizar este termo de contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2 Interromper a execução do objeto sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.1.3 Subempreitar ou transferir a terceiros as obrigações contraídas por consequência deste contrato, sob pena de rescisão contratual e/ou de aplicação de sanções, com fulcro na Lei nº 8.666/1993.

## **CLÁUSULA XIV – DA SUBCONTRATAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO**

14.1 Os serviços serão executados diretamente pela CONTRATADA, não sendo permitida a subcontratação, sob pena de rescisão do contrato.

14.2 Este contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, sob nenhum pretexto ou hipótese, poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da contratada com terceiros, sem autorização prévia da CONTRATANTE, por escrito, sob pena de aplicação de sanção inclusive rescisão contratual.

14.3 Em caso de subcontratação autorizada pela Administração Pública, este deverá ocorrer com Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), conforme art. 48, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

14.4 No caso de subcontratação, permanecerá íntegra e inalterada a responsabilidade do CONTRATADO, pelo integral cumprimento de todas as obrigações constantes do Edital e seus anexos e, execução do objeto contratado, como se diretamente os tivesse executado, não podendo opor ou transferir para a CONTRATANTE, nenhuma exceção, restrição, alegação de descumprimento, total ou parcial, que tenha em relação ao subcontratado ou que este tenha contra ele.

14.5 Nenhum encargo trabalhista, inclusive de acidente de trabalho, previdenciário, tributário ou responsabilidade civil de qualquer natureza, decorrente da subcontratação, será imputada ou se comunicará à CONTRATANTE.

14.6 Em casos de subcontratação para a execução dos serviços expressamente permitidos, a CONTRATADA exigirá dos eventuais subcontratados, no que couberem, os mesmos requisitos que foram exigidos no processo licitatório.

14.7 Na hipótese do subitem 14.3 deste instrumento, os empenhos e pagamentos da CONTRATANTE, poderão ser destinados diretamente às Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), eventualmente subcontratadas.

#### **CLÁUSULA XV – DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1 A CONTRATANTE, dentro dos prazos legais, providenciará a publicação do extrato deste contrato e de seus eventuais termos aditivos em Diário Oficial, às suas expensas, na forma prevista no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, garantindo a manutenção da sua eficácia.

15.2 O presente contrato poderá ser denunciado e, em consequência, encerrado unilateralmente pela CONTRATANTE, após decorridos 30 (trinta) dias de sua vigência, mediante notificação por escrito à CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

15.3 Constituem direitos e prerrogativas da CONTRATANTE, além dos previstos em outras leis, os constantes da Lei nº 8.666/1993, que a CONTRATADA aceita e a eles se submete.

15.4 A omissão ou tolerância das partes – em exigir o estrito cumprimento das disposições deste contrato ou em exercer prerrogativa dele decorrente – não constituirá novação ou renúncia nem lhes afetará o direito de, a qualquer tempo, exigirem o fiel cumprimento do avençado.

#### **CLÁUSULA XVI – DOS CASOS OMISSOS**

16.1 Os casos omissos relacionados a este contrato regular-se-ão pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de Direito Privado, na forma dos arts. 54 e 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/1993, bem como, a legislação indicada no preâmbulo e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC).

#### **CLÁUSULA XVII – DA AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO**



17.1 A execução do objeto deste contrato será autorizada, em cada caso, pelo responsável da Secretaria e/ou Órgão requisitante competente, através de seu ordenador de despesa, ou, a quem este delegar a competência.

17.2 A emissão das Notas de Empenho, Ordem de Serviço (OS), sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente, autorizados pela mesma autoridade e forma do subitem anterior.

#### **CLÁUSULA XVIII – DO FORO**

18.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pedro Gomes-MS, para dirimir qualquer controvérsia resultante deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e acordadas, foi lavrado o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes contratantes a cumprir todas as condições dispostas neste instrumento.

Pedro Gomes-MS, XX de XXXXXXXXXX de 2023

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX